



Os movimentos populares tomam conta da América do Sul, apesar da forte presença militar dos EUA e resistência das velhas oligarquias. Páginas 4,5 e 6



PÁGINA 12

IV Conferência de Educação  
será em setembro



A palestra "Educação – uma lição para o Brasil" abrirá oficialmente a IV Conferência de Educação do Distrito Federal – ajudando a construir caminhos – que será realizada pelo Sinpro nos dias 16, 17 e 18 de setembro. O encontro é preparatório para o Congresso de Educação e suas discussões possibilitarão a reflexão dos professores do DF a respeito de questões que estão na ordem do dia da educação brasileira.

A instituição do Fundo da Educação Básica (Fundeb) e o financiamento da educação, as políticas públicas de educação, o projeto político-pedagógico, os conselhos escolares e a gestão escolar e a

educação com qualidade social são alguns dos temas que serão debatidos.

Como as vagas são limitadas em 600 participantes, o sindicato estabeleceu como critério que cada escola pública poderá indicar até dois representantes, sendo que um deverá ser o delegado ou representante sindical e o outro escolhido pelos professores. Para os professores das escolas particulares basta ser sindicalizado.

A Conferência será realizada na Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) localizada na MSPW quadra 01, Lote 02 N – Núcleo Bandeirante.

## Reajuste do fundo para o DF é de 18,17%

Diante das informações de que o governo federal irá reajustar em 18,17% o fundo constitucional destinado ao custeio dos salários das áreas de saúde, educação e segurança do DF, a diretoria do Sindicato solicitará uma audiência com urgência com o governador Joaquim Roriz. O reajuste significará R\$ 800 milhões a mais em relação a 2005. Isso significa que o GDF terá bem mais recursos para corrigir os nossos salários, do que os R\$ 300 milhões que havia prometido. Esperamos realmente que isso ocorra, já que os salários dos professores são os mais baixos das carreiras do GDF e a categoria foi uma das poucas que não tiveram suas tabelas salariais corrigidas. O repasse do total do fundo do DF será R\$ 5,25 bilhões. De 2002 para cá houve uma correção de 76,17% nos valores do Fundo.

Nesta audiência iremos colocar ao governo local a expectativa da categoria de que uma parte significativa desse repasse seja utilizada para conceder uma correção em nossa tabela salarial.

Veja as tabelas com os salários de setembro nas páginas 10 e 11



Educação para a Paz foi o tema do show, com a presença da comunidade local

## Segunda edição do Sinpro nas Praças foi um sucesso

No último dia 28 tivemos o nosso segundo Domingo Radical, desta vez no Gama, na Praça Itapua. Como no Paranoá, onde foi realizada a primeira edição, foi um sucesso total. O público, que variava de acordo com o estilo de música, aproveitou na maior paz, até porque o tema do Sinpro nas Praças foi Educando para a Paz.

Para se ter uma idéia, participaram 18 grupos de rap, duas bandas de rock, um grupo de break e o professor e cantor de MPB, Jairo Mendonça, sem contar outros grupos que não estavam na programação e deram uma canja. Também marcaram presença a galera do skate e os grafiteiros.

Os companheiros da secretaria de Cultura, Chico do Gama, Cláudia Bullos e Marco Aurélio tiveram o apoio de Elda e TH Tomas no evento, que foi realizado das 14h30 às 23h30.

Ainda não definimos o próximo Domingo Radical, mas fiquem atentos na pá-

gina do Sinpro, que divulgaremos logo que possível. Você é importante nesse processo de valorização da cultura. Participe!

### Confira a agenda dos saraus culturais

Em continuidade ao projeto do Sarau Cultural, realizaremos no próximo dia 9 de setembro o evento em Planaltina. No dia 7 de outubro será a vez do Recanto das Emas e no dia 11 de novembro em Brazlândia.

## Movimentos avaliam que são novo alvo da direita e da mídia

*CUT, MST e UNE consideram que setores conservadores e seus braços midiáticos decidiram desencadear ofensiva contra movimentos sociais após mobilizações do dia 16 de agosto. Severino Cavalcanti autorizou requerimento de líder do PFL para criar "CPI do MST"*

Desde o início da crise, uma das teses mais propagadas por um grupo de intelectuais, correntes da chamada "esquerda do PT" e movimentos sociais diz que o alvo estratégico da ofensiva das elites é a esquerda brasileira. Dentro deste campo, as prioridades a serem destruídas seriam o PT, os movimentos sociais e a gestão de Lula.

O PT e o governo têm sentido nos últimos três meses a fúria de diversos setores da direita brasileira, como os tradicionais partidos PFL e PSDB, os meios de comunicação, os setores médios e o grande capital. Enquanto o cenário de fragilização ia sendo construído a partir de equívocos cometidos no âmbito do Plano e do PT, os movimentos sociais passaram a se manifestar, sempre observados com cuidado pelos setores políticos conservadores.

Quando do lançamento da Carta ao Povo Brasileiro por parte da Coordenação dos Movimentos Sociais, da qual fazem parte a UNE, a CUT e o MST, a grande mídia criticou os movimentos alegando que a iniciativa seria uma espécie de "claque" do núcleo duro do governo.

Recentemente, os movimentos decidiram ir às ruas para combater a "desestabilização do governo" e defender, como saída para a crise, mudanças na política econômica, o combate radical à corrupção e uma reforma política que democratize as instituições do Estado. A grande mídia e a direita subiram o tom e aprofundaram a ofensiva através de um discurso de caracterização do ato como "chapa-branca" e a crítica à relação entre os movimentos e o governo.

O noticiário sobre o ato foi marcado por críticas aos movimentos sociais. Posicionando-se de forma explícita, um editorial do jornal *Folha de São Paulo* assinado por Marcos Augusto Gonçalves demonstrou o tom agressivo do dis-

curso. "A primeira [CUT] é um aparelho controlado por uma elite sindical vergada - e fascinada - pelo poder, que, na figura do ministro do Trabalho, Luiz Marinho, encarna o que se pode chamar de neopeleguismo. A UNE tem outros moti-

vos, além das ligações políticas, para bajular Lula - agraciada que tem sido com verbas federais. Quanto ao MST, o loteamento da máquina pública e o repasse de recursos já haviam se encarregado de semear a subversão".

No caso dos estudantes, a intenção das reportagens foi tentar ligar diretamente o caso Collor à crise atual numa sugestão de que, se a UNE mobiliza, é para derubar o presidente. "Protesto a favor, quando o país está indignado como está, não tem nada a ver com o movimento estudantil", disse a jornalista Mirian Leitão em uma de suas colunas.

No dia, o presidente da UNE, Gustavo Petta, fez questão de fazer a diferenciação entre os dois episódios colocando que as mobilizações da entidade têm caráter político claro, e não são "do contra" independente da conjuntura. "Nesse cenário, a UNE não vai se furar ao seu papel histórico. Continuaremos a ter lado na sociedade e o nosso lado sempre foi claro, é junto aos trabalhadores e trabalhadoras, junto aqueles que se forjaram na luta contra o capitalismo opressor", afirmou.

Para reforçar seu argumento, a oposição passou a criticar o repasse de recursos do governo para a UNE. Segundo o senador pefelista José Agripino Maia (RN), o governo aumentou de R\$ 600 mil para R\$ 1,185 milhão o repasse à entidade. Em resposta oficial, a União explicou que a relação entre os governos e entidades é normal e que sempre aconteceu, inclusi-

ve na época de Fernando Henrique Cardoso. O texto esclarece também que a captação de recursos para projetos voltados ao interesse público é "legítima" e que os recursos noticiados foram obtidos por meio de emendas parlamentares apresentadas por parlamentares de vários partidos, entre eles o próprio PSDB, "não tendo origem no Executivo".

**CPI "do MST"**  
Dois dias depois do ato, a oposição resolveu ir contra o alvo considerado mais perigoso pela sua capacidade de mobilização, independência e visão anti-neoliberal: o MST.

O presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE), autorizou o requerimento do líder do PFL na casa, José Carlos Aleluia (BA) de criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o

### Os movimentos decidiram ir às ruas para combater a desestabilização do governo por setores conservadores

MST. No documento, o deputado baiano imputa ao movimento a responsabilidade pela tensão existente no campo, "onde a reação dos fazendeiros pode desembocar numa verdadeira guerra rural, com o total comprometimento da paz social e o mutilamento das nossas instituições democráticas".

A comissão irá investigar as "invasões de terra rural bem como prédios urbanos por integrantes do movimento". Para João Paulo Rodrigues, da Coordenação Nacional do Movimento, a iniciativa é uma

estratégia dos setores de direita e forças conservadoras para desgastar os movimentos sociais e as entidades de esquerda. "O MST, porém, não vai se intimidar com iniciativas dessa natureza e a isso será o ocupando o terra e discutindo com o povo a função social da propriedade".

**Manipulação da mídia**  
O secretário nacional de comunicação da CUT, Antônio Carlos Spis, publicou artigo questionando a cobertura feita pela grande mídia do ato realizado no dia 16. Para o dirigente, a mídia insistiu em ignorar o objetivo e caracterizar a mobilização como uma iniciativa chapa-branca e diminuir sua importância ao reatar um número e participantes inferior ao "verdadeiro". Ao mesmo tempo, segundo Spis, a grande mídia supervalorizou a manifestação ocorrida no dia seguinte, promovida por partidos de oposição, tentando valorizar uma suposta movimentação com força social contra Lula.

"Repudiamos também a tentativa de descaracterizar a independência e a autonomia dos movimentos sociais, caracterizados como "patrocinados" pelo governo, ao mesmo tempo em que a imprensa "não vê mal nenhum" em entidades empresariais, tradicionalmente beneficiadas, firmarem convênios com o governo. Esta é mais uma prova de que o preconceito e a luta de classes continuam bem presentes", concluiu.

**Jonas Valente**  
**Carta Maior**  
22/08/2005

### Cartas e e-mails

#### Endereços:

Sede: Setor Comercial Sul, Quadra 3, Bloco A, nº 107/111 - CEP: 70.300-500 - Brasília-DF, A/C da Secretaria de Imprensa  
Fax: 3218-5631  
e-mail: imprensa@sinprodf.org.br

## Muitos interesses estão em jogo

Há muito tempo o **Quatro Negro** não provocava tanta polêmica quanto o último número, cuja matéria de capa tratava da manipulação da imprensa. Muitos nos ligaram, enviaram e-mails e se manifestaram nas escolas concordando com a posição colocada nas reportagens. Alguns, como o leitor/professor Fernando Ribeiro, da charge, quiseram de alguma forma mos-

tes de como disse recentemente Jorge Bornhausen, "acabar com essa raça (sic)".

Não nos iludamos: "essa raça", na opinião do líder do PFL, padrão europeu, olhos azuis, somos nós, trabalhadores brasileiros, que "ousamos" tomar o poder que está nas mãos deles há 500 anos.

Tanto isso é verdade, que publicamos nesta edi-



trar a sua indignação com a forma como a notícia é veiculada.

Outros, poucos diga-se de passagem, com o devido respeito às opiniões divergentes, confundiram nossa intenção com a defesa do governo Lula, pura e simplesmente. Questionaram: se todos os grandes jornais e as grandes revistas falavam mal do Lula, porque só o jornal do Sinpro via alguma coisa positiva? Se todos atiram pedras, porque só nós não? Em primeiro lugar, não estamos sozinhos nessa empreitada de separar o joio do trigo. A *Carta Capital*, por exemplo, tem dado um "banho" de jornalismo, sem deixar de publicar as denúncias contra parte dos parlamentares e dirigentes do PT que cometeram sim, atos gravíssimos, mas também colocando o outro lado, mostrando os interesses que estão em jogo nesse imbróglio todo, inclusive a tentativa mal disfarçada das eli-

ção a verdadeira ebulição que está ocorrendo na América do Sul: de um lado, índios, trabalhadores, camponeses, estudantes, professores, intelectuais lutando pela melhoria das condições de vida; de outro, a velhas oligarquias, apoiadas pelos Estados Unidos, resistindo às mudanças, apregoando golpes, matando, reprimindo, tentando manter o status quo. O Brasil, como não poderia deixar de ser, também está envolvido neste processo. Daí as agressões ao governo Lula e às transformações que estão ocorrendo em nosso país.

Por essas e por outras é que temos a convicção de que não exageramos ao criticar a grande imprensa de maneira geral sobre a abordagem que elas dão aos movimentos sociais e às denúncias de corrupção. Temos a certeza de que outros interesses, muito diferentes daqueles que eles dizem defender, estão em jogo. Quem viver, verá.

**Sinpro-DF:** sede: SCS, Quadra 3, Bloco A, nº 107/111 - CEP: 70.300-500 - Brasília-DF  
**Tel.:** 3218-5601 / **Fax:** 3218-5607 (Organização), 3218-5631 (Imprensa), 3218-5619 (Jurídico)  
**Subsede em Taguatinga:** CNB 4, lote 3, loja 1. **Tel/fax:** 3562-4856 e 3562-2780  
**Subsede no Gama:** SCC, bloco 3, lote 21/39, sala 106. **Tel/fax:** 3556-9105  
**Site:** www.sinprodf.org.br  
**e-mail:** imprensa@sinprodf.org.br  
**Secretaria de Imprensa:** Lisboa, Nonato e Valeska  
**Jornalistas:** Afonso Costa e Junia Lara  
**Fotografia:** Welber Souza - **Diagramação:** Wellington  
**Impressão:** Gráfica Plano Piloto - **Tragem:** 32.000 exemplares  
**Distribuição gratuita.** Permitida a reprodução desde que citada a fonte

### Diretoria Colegiada do Sindicato dos Professores no DF

Adalberto Duarte de Oliveira  
Andréia Cristina Souza  
Antonio Ahmad Usuf Dames  
Antônio de Lisboa A. Vale  
Berenice Darc Jacinto  
Carlos Antoneto de S. Lima  
César Santos Ferreira  
Cláudia de Oliveira Bullos  
Cláudia M. Amaral de Souza  
Cleber Ribeiro Soares  
Denilson Bento da Costa  
Francis F. Fernandes  
Francisco Barbosa

Francisco Joaquim Alves  
Gilza Lúcia Camilo Ricardo  
Ilson Veloso Bernardo  
Isabel Portuquez de S. Felipe  
Izack Antônio de Oliveira  
Jalma Fernandes de Queiroz  
José Antônio Gomes Coelho  
José Norberto Calixto  
José Raimundo S. Oliveira  
Lânia Maria Alves Pinheiro  
Márcia Glida Moreira  
Marco Aurélio G. Rodrigues  
Mária Augusta Ribeiro

Maria Bernadete D. da Silva  
Maria José Correia Muniz  
Misael dos Santos Barreto  
Nazira Clotilde da Silva  
Nelson Moreira Sobrinho  
Raimundo Nonato Menezes  
Rejane Guimarães Pitanga  
Robson de Paiva Salazar  
Rodrigo Pereira de Paula  
Sebastião Honório dos Reis  
Valdenice de Oliveira  
Valesca Rodrigues Leão  
Washington Luis D. Gomes

## Você é a favor das cotas nas universidades?

### SIM Correção de injustiças

As políticas afirmativas ou políticas de cotas são um instrumento relativamente recente e devem ser analisadas como um mecanismo a ser utilizado na busca de corrigir injustiças cometidas pelos setores hegemônicos da sociedade sobre suas minorias, ao longo do processo de formação dessa sociedade. São baseadas no princípio de que na democracia as igualdades são tratadas igualmente, mas as desigualdades devem ser tratadas de forma desigual. Tais políticas têm que ser entendidas, portanto, como compensatórias de injustiças históricas e devem ser implantadas com objetivos bem definidos e ter caráter temporário, ou seja, devem existir apenas pelo tempo suficiente que permita corrigir ou minimizar essas injustiças.

As políticas de cotas surgiram nos EUA na década de 60, no seio dos movimentos pela igualdade racial que aconteceram naquele país, sob a liderança de Martin Luther King. À época, iniciava-se o processo de automação do sistema produtivo e, à medida que essa automação diminuía o número de vagas nas indústrias, o trabalhador não especializado era, como hoje, o primeiro a perder o emprego. Como a maioria

da população negra não tinha formação para competir com os brancos, era em suas portas que o desemprego batia primeiro. Por isso, uma das principais reivindicações de Martin Luther King era a reserva de vagas para os negros nas universidades.

A criação de cotas nas universidades americanas, se não acabou com a desigualdade racial existente no país, com certeza deu à população negra melhores condições de competição no mercado de trabalho.

Posteriormente, outros países, como Canadá, Holanda e Inglaterra adotaram políticas semelhantes.

No Brasil, as cotas foram implantadas recentemente em algumas universidades, entre elas, a UnB, para afro-descendentes e indígenas e, como era de se esperar, essa implantação tem gerado uma grande polêmica. Polêmica essa que tende a aumentar com a proposta do governo federal de estender a política de cotas para todas as universidades federais e ampliá-las também para alunos oriundos das escolas públicas.

Muitas são as vozes contrárias à proposta do governo federal, mas os argumentos não são tão variados assim. Um desses ar-

gumentos, utilizado pelo professor Roberto Cláudio Bezerra, do Conselho Nacional de Educação – repetida por muita gente –, é o de que o sistema de cotas compromete a qualidade do ensino superior no Brasil. Sobre essa questão, os primeiros levantamentos feitos com alunos que ingressaram pelo sistema de cotas indicam que suas notas são semelhantes aos demais alunos. Por outro lado, resta saber que tipo de qualidade se pretende atingir. A qualidade excludente que torna o Brasil num dos países mais injustos do mundo? Numa sociedade democrática, não basta que a universidade detenha o controle da ciência, manipule as novas tecnologias; é necessário que seja dada a oportunidade de acesso a esse conhecimento à maioria do povo.

Outro argumento bastante utilizado por aqueles que são contrários às cotas e o de que, para acabar com o desequilíbrio entre alunos das escolas públicas e privadas, basta investir na educação pública; mas isso é chover no molhado. É claro que, para resolver definitivamente o problema, é fundamental investir no ensino público, principalmente na formação e nos salários dos educadores. Mas os resultados desses inves-

timentos não aparecem no dia seguinte; é necessário que, ao mesmo tempo em que aumentam os recursos para o ensino fundamental e médio, sejam ampliadas as oportunidades de acesso à universidade pública, aos filhos das classes populares.

Até meados do século XX a escola pública era a escola das elites brasileiras. Aos filhos da classe média restava a alternativa de escolas privadas ou confessionais e à população pobre restava o analfabetismo mesmo. A mudança do Brasil rural para o Brasil urbano na segunda metade do século passado obrigou os governantes a expandirem o número de matrículas e assim garantir um mínimo de estudo para o operariado industrial. Mas o aporte de recursos, que deveria ser proporcional ao aumento de matrículas, passou longe disso. Resultado: o ensino público excludente se popularizou, mas sem os investimentos necessários para garantir qualidade fez com que, pouco a pouco, os filhos das classes média e alta fossem transferidos para as escolas particulares. Sem a pressão das elites por uma escola pública de qualidade, o estado cada vez mais se sentiu desobrigado a investir no ensino público e a escola pública,

em muitos casos passou a ser a escola de quem não pode pagar mensalidade escolar.

Se no ensino fundamental e médio o número de matrículas se expandiu, no ensino superior público o aumento de vagas foi muito pequeno e, com a transferência dos filhos das elites para a escola particular, a participação de alunos oriundos das escolas públicas nas universidades públicas foi diminuindo gradativamente ao longo dos anos. Pesquisa feita entre alunos da USP verificou que os alunos vindos de escolas públicas eram 57% dos matriculados em 1968, 32% em 1983, 19% em 2000 e 21,6% em 2002.

Enquanto isso assistimos durante o governo FHC à criação de milhares de instituições privadas de ensino superior, boa parte delas de péssima qualidade, numa verdadeira indústria de diplomas para os jovens que não conseguem ingressar nas instituições públicas. Para se ter uma idéia, apenas no Distrito Federal o número de faculdades particulares pulou de oito em 1995 para aproximadamente sessenta em 2005.

Da mesma forma que as cotas para afro-descendentes são uma ação concreta para oportunizar o

acesso à universidade, a criação de cotas para alunos de escolas públicas poderá vir ser importante instrumento de inclusão social. As cotas para alunos das escolas públicas devem ser entendidas, portanto, como meio de democratizar o acesso ao ensino superior de qualidade, garantindo a entrada nas universidades públicas de um contingente maior de jovens filhos de operários, trabalhadores rurais, funcionários públicos de escalões mais baixos, entre outros até que o ensino público no Brasil tenha a qualidade desejada por todos nós.

Outro aspecto relevante a ser considerado é que, se é papel da universidade a construção e consolidação do pensamento de uma sociedade, é fundamental que nessa construção sejam levados em consideração a diversidade cultural, étnica e socioeconômica da população.

Por fim é importante ressaltar que a criação de cotas levará de volta ao ensino público considerável parcela dos setores médios da população, o que sem dúvida exigirá do poder público mais investimentos, valorizando a educação pública.

**Antônio Lisboa**  
Diretor do Sinpro

### NÃO Um direito como favor da lei

Nem preciso expor aqui o que está na Constituição e na Lei de Diretrizes de Bases, acerca dos direitos que temos à Educação. Faz tempo que a Educação como direito civil nos está assegurada, garantida e rotineiramente negada. Negada quanto ao acesso, negada quanto à permanência e negada quanto à qualidade. Em todos os momentos do processo educativo saltam aos olhos, isso como fato, não como evidência, a discrepância entre o direito assegurado e o direito conquistado. Corrigir isso, só mesmo com um projeto de Educação amplo que integre a cultura e os saberes, que seja capaz de atender todas as camadas sociais do País, que vá além da cor, do gênero, da condição física e, principalmente, da condição econômica.

No nosso quadro de carência crônica não basta dizer que a “lei legítima direitos”, nem é suficiente o argumento sobre o qual “a justiça para ser justa tem que ser desigual para atender aos desiguais”. Como princípio é inegável a sua importância, mas como ação pode incorrer no risco de atender aos desiguais e aprofundar ainda mais as

desigualdades.

De concreto mesmo, há nossos inaceitáveis indicadores educacionais que não permitem mais programas de governo voltados apenas para determinados setores sociais. Precisamos, sim, de projetos amplos e que tenham continuidade. Programas isolados, justos que sejam, em quase nada contribuem para tirar o nosso ensino dos níveis de precariedade em que se encontra, seja o ensino básico, com sua conhecida ineficiência, seja o nível superior que se mantém distante da maioria da população brasileira.

Garantir o ingresso na Universidade com um artifício legal a setores sociais não significa que os beneficiários tenham muitos de seus problemas resolvidos. Nem garante ser essa uma alternativa capaz de abrir um caminho para a melhoria de nosso ensino, seja ele superior ou básico.

Um dos problemas que o benefício da cota não resolve é a permanência do beneficiado na Universidade. A continuidade dos estudos independe de cor ou condição física. Depende, sim, das condições que o estudante tem de se manter.

Aqui no Distrito Federal, por exemplo, em condição limite de despesas, o estudante não gasta menos que dois salários mínimos por mês para continuar um curso. Se a opção for por um curso de Medicina, jamais esse estudante terá como adquirir um livro que pode custar mais de mil reais, já que a biblioteca não dispõe de um acervo que atenda a todos.

Por isso, a História tem nos mostrado que a maioria dos estudantes pobres não frequenta a universidade pública não é por não ter como nela ingressar, mas por falta de condições de se manter. Logo, o custo de permanência numa universidade pública é proibitivo para muitos e uma das poucas alternativas existentes é compatibilizar o curso com uma atividade geradora de renda, o que termina por inviabilizar ou tornar muito difícil os estudos nas condições existentes.

Mais dificuldade reside naqueles que tiveram que se submeter ao concurso vestibular, num processo de concorrência ampla e ficaram fora, justo ou não, devem se sentir preteridos na medida em que se submeteram também, ao expe-

diente de “reserva de mercado”. Além disso, devem questionar a validade do direito à ocupação do “espaço público” que é amparado pelos preceitos constitucionais de igualdade.

Perguntas diversas devem ser feitas. Uma delas é por que caminhos tão diferentes para usufruirmos do mesmo espaço público? O próprio cotista, se sensível, deve se ressentir disso. O não cotista, por sua vez, ao ver caminhos diferentes, mesmo com o respaldo da lei, não deve desenvolver sentimentos de generosidade ou mesmo de compreensão histórica, afinal o que está em jogo ali não é o interesse público, mas o interesse particular.

Por ter chegado por caminho diverso, o cotista deve se sentir, de início, como um imigrante que investido do direito de ir e vir se submete a privações mais difíceis, que passa por aprender uma língua na marra, por renunciar a muitos aspectos de sua cultura e por ter que admitir a distância inexorável dos afetos. Tudo em nome da melhoria da vida econômica individual e ou familiar. Comparação essa que é aceitável vista no conjunto

dos nossos valores culturais.

Muitos dos cotistas devem terminar seus cursos, evidentemente, mas não podemos negar que pagam um preço alto e injusto por um direito que lhe é assegurado pela lei, mas não cumprido por falta de uma política pública de Educação que o reconheça como adquirente de um direito, não como beneficiário de um favor.

Dos argumentos a favor das cotas para os negros, dois se destacam. Um pelo reconhecimento histórico das condições de exclusão daqueles que foram decisivos na construção do nosso país. Importante o reconhecimento, embora há de se considerar que a maioria absoluta da sociedade negra, sequer tem condições de fazer um curso universitário. A maioria dela se encontra na produção social pouco remunerada e muitos não saíram ainda das condições limite de sobrevivência. Nada diferente do que já foi observado pela literatura, que “o negro no Brasil saiu da senzala para habitar na sarjeta”.

O segundo argumento de defesa é o da qualificação e certificação superior, como meio de ascen-

ção social. Nenhuma dúvida quanto a isso, porém esse viés não garante, nem de longe, desenvolvimento social como muitos defendem. Achar que a mudança social passa, necessária e exclusivamente, pela universidade, esquece dos exemplos históricos que nos ensinam o óbvio: a educação como fator de desenvolvimento e organização social começa pelo ensino básico e se completa, em parte, pelo nível superior. Aqui se pretende caminho inverso. Como sempre.

Como alternativa mesmo, só um projeto de Educação para o país que nos tire da condição de um dos piores ensinados do mundo. Que supere o vergonhoso índice de evasão de nossas escolas, sua incapacidade de ensinar a ler, a escrever e a contar e que nos livre dos prejuízos incalculáveis da reprovação.

Iso, sim, viabilizaria o desenvolvimento, a organização social que tanto a Nação precisa, sem recorrer a gestos de bondade e ou a legitimar direitos como favor da lei.

**Nonato Menezes**  
Diretor do Sinpro

# O futuro da América La

## Bolívia: eleição e Constituinte à vista

*A América do Sul está em disputa. De um lado, os movimentos populares lutando pela verdadeira independência de seus países, em combate ao neoliberalismo, a presença de bases militares norte-americanas, brigando pela nacionalização da exploração de petróleo, prata, estanho, cobre e outros minerais. Uma luta, em suma, pelo desenvolvimento social e econômico autônomo, uma Alternativa Bolivariana para a América (Alba). De outro, as velhas oligarquias subservientes, a soldo dos Estados Unidos, arquitetando manter a velha dominação.*

*A presença na América do Sul de Condoleezza Rice, Secretária de Estado dos EUA, seguida pela vinda do Secretário de Defesa Donald Rumsfeld, ambos este ano, são claros indícios de que o jogo está apertado.*

*Não é pra menos. A Bolívia derrubou um presidente e antecipou a eleição presidencial. O Equador derrubou outro. Na Colômbia o Plano Patriota não deu certo e as Farc-EP – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo, continuam firmes. A Argentina declarou moratória e economizou US\$ 67 bilhões. No Peru, a situação é tão tensa que o presidente Toledo encaminhou projeto de Lei que pune, inclusive com prisão, manifestações populares. A Venezuela de Hugo Chávez distanciou-se do império e aproximou-se de Cuba socialista, com a proposta de uma revolução bolivariana.*

*Em joga estão US\$ 77 bilhões de renda transferidos da América do Sul para os Estados Unidos no ano passado, as maiores reservas de água doce do mundo, a segunda maior reserva de petróleo em nível mundial, além de mão de obra barata e um enorme mercado consumidor e exportador, principalmente de produtos de pequeno valor agregado.*

O destino da América do Sul pode ser decidido na atual luta política travada na Bolívia. O país está em pé de guerra: de um lado mineiros, camponeses, estudantes, professores, donas de casa; de outro, a oligarquia que se apega ao poder e, auxiliada pelos Estados Unidos, pretende manter o *status quo*.

As eleições presidenciais estão marcadas para dezembro deste ano, mas o que decidirá o destino da Bolívia é a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, prevista para julho de 2006 e defendida por Evo Morales, socialista, principal liderança popular do país; ou a chamada Assembleia Popular, proposta por setores mais radicais do movimento. Existe uma terceira alternativa, a não realização de nenhuma das duas, que significará a vitória das forças conservadoras e deixará o futuro daquele país totalmente incerto, passível até mesmo de uma guerra civil. Há denúncias que o alto comando das Forças Armadas estariam tramando um golpe, a fim de evitar uma possível vitória socialista no pleito.

### Ley de Hidrocarburos

A crise na Bolívia começou a se agravar no ano 2000, com o início da chamada "Guerra Contra a Privatização da Água". O presidente recém-eleito, Sanchez de Lozada, entregou a uma empresa priva-

da francesa, a "Cie/Suez-Lyonnaise de Eaux", o monopólio da água potável da capital La Paz e da cidade dormitório El Alto, a quatro mil metros de altura, com uma população de 800 mil habitantes, a meia hora da capital e grande número de desempregados. Foi um verdadeiro estopim. Donas de casa, camponeses, cocaceros (plantadores de coca, a maior parte na miséria por conta do programa de erradicação da coca patrocinado pelos EUA) foram às ruas e exigiram a retirada da multinacional.

A partir daí as manifestações populares não pararam de crescer, alcançando a exploração e a exportação de gás e petróleo, as principais riquezas naturais daquele país. Os movimentos sociais reivindicavam o aumento de 18% para 50% dos royalties sobre o gás e o petróleo e, os setores mais progressistas, a nacionalização do setor.

Entre fevereiro e outubro de 2003 as manifestações ganham dimensões inesperadas para o governo. As estradas são tomadas pelos índios e camponeses, mais da metade da população não aceita a miséria a que está submetida.

A capital La Paz fica no alto da cordilheira dos Andes. É um grande vale de cimento e tijolo envolto pelas mon-

tanhas. As estradas de acesso passam pela cordilheira, são estreitas, perigosas e de fácil bloqueio por parte dos índios ou camponeses.

Nesse quadro a chamada Guerra do Gás eclode com toda e com toda força. A população vai às ruas em constantes protestos. Exige o aumento dos royalties e a utilização dos lucros advindo da exploração e exportação de gás e petróleo em medidas sociais e de combate ao desemprego.

O presidente Sanchez de Lozada, político tradicional, eleito indiretamente pelo congresso ao derrotar o líder do Movimento Al Socialismo (MAS),

Evo Morales, mantém-se insensível às reivindicações populares e ordena uma brutal repressão em outubro, a qual resulta em 78 mortos. A situação torna-se insuportável quando o governo dá autorização para empresas norte-americanas e espanholas exportarem petróleo através de território chileno disputado com a Bolívia.

Ante a pressão popular e graças à mediação brasileira e argentina, Lozada deixa a presidência e refugia-se nos Estados Unidos. Assume o vice-presidente Carlos Meza com o objetivo de apaziguar o país, mas ao invés de ouvir o clamor

popular, vai à televisão defender os interesses das multinacionais, tanto da água quanto do gás e petróleo. Ele chegou ao ponto de dizer claramente que "as multinacionais mandam no país. Não podemos aprovar uma lei que lhes desagrade", referindo-se à nova Ley dos Hidrocarburos. Explode a impaciência popular. Os principais movimentos sociais liderados pelo MAS e pela Central Operária Boliviana (COB) já não quer mais 50% de royalties. Gritam nas principais cidades da cordilheira dos Andes: "ni 30, ni 50. Nacionalización!". Em um golpe estilo Jânio Quadros, Mesa renuncia. Consegue o apoio do congresso conservador, que o mantém no cargo. Mas o povo não aceita. Volta às ruas. Pede a punição dos responsáveis pelos 78 assassinatos no governo Lozada. Mesa agüenta o que pode, mas enfraquecido renuncia no dia 9 de junho. Na saída, uma última atitude, mais comedida: pede ao presidente do Senado, sucessor constitucional, que renuncie às suas ambições e não assuma a presidência.

O chamado é atendido é o presidente da Corte Suprema, Eduardo Rodríguez, assume a presidência para convocar e realizar novas eleições.

As cartas estão na mesa. O destino da Bolívia e da América do Sul pode ser decidido antes do Natal.

## Parceiro prioritário do Brasil com uma história singular

A Bolívia é o parceiro prioritário do Brasil na América do Sul. A fronteira entre os dois países é a mais extensa e atinge 3.423 quilômetros. A dupla condição de país amazônico e plantino também interessa ao Brasil – que não tem acesso à cordilheira dos Andes – além do gasoduto que está sendo construído a partir da serra boliviana e da exploração e exportação de gás e petróleo.

A Bolívia é conhecida pelos inúmeros golpes que marcaram sua história, principalmente a mais recente. Desde a independência, no século XIX, teve o maior número de golpes de estado da história: de 150 a 190, dependendo da análise.

Dois presidentes merecem destaque em toda essa trajetória: Manuel Isidoro Belzu, que governou entre



1848 e 1855 (o único mestiço), assassinado em 1865 e Juan José Torres, governante em 1970 e 1971, deposto e assassinado do exílio, na Argentina. Os dois adotaram políticas nacionalistas, de desenvolvimento e contra o imperialismo, o primeiro contra a presença britânica, o segundo contra os Estados Unidos.

Ainda na década de 50 a Bolívia fez a reforma agrária, nacionalizou as minas e extinguiu o exército,

substituindo-o pelas milícias populares. Infelizmente, várias dessas conquistas foram perdidas.

A Bolívia foi um país rico em prata, durante o início da colonização espanhola e em estanho, cuja única memória são imensas cadeiras de montanhas "peladas", exploradas pelas multinacionais.

Atualmente tem reservas de gás e petróleo estimadas em mais de cem bilhões de dólares.

## EVO MORALES líder do MAS

Líder dos camponeses bolivianos, Evo Morales é hoje a principal figura do movimento popular, estando à frente do MAS – Movimento al Socialismo, criado em meados da década de 50. É candidato à eleição presidencial de 4 de dezembro. Sua plataforma, entre outros pontos, é contra o neoliberalismo e a corrupção.

Segundo Morales, a primeira tarefa do novo presidente é convocar uma Assembleia Nacional Constituinte que "proporá as bases jurídicas, culturais e sociais que facilitem desmantelar o estado neoliberal imperante. Temos que re-fundar uma Bolívia, que supe-re de imediato as estruturas sociais e de produção que impõem a exclusão, a discriminação no estado colonial que estamos vivendo".

Evo Morales pediu a Hugo Chávez que a estatal



*Evo é o líder do MAS*

de petróleo venezuelana assessorar a projetada re-fundação de uma empresa estatal boliviana, a ser criada em seu governo.

Mais do que a presidência, Evo Morales aponta a necessidade de vencer as eleições para o congresso: "Se realmente o povo quer mudar o modelo econômico tem que apostar por uma maioria no congresso e dessa forma, não depender de cotas, 'prebendas' e partilha de cargos".

# América Latina está em jogo



## NÃO ao neoliberalismo

O ministro da Economia do Equador Rafael Correa renunciou no último dia 8 de agosto por discordar do presidente Alfredo Palacio sobre as formas de lidar com o Banco Mundial e outros organismos multilaterais.

O ministro, desde que assumiu em abril, adotou medidas de alcance social, de redução do peso do pagamento da dívida externa equatoriana, da realocação de recursos gerados pela exportação de petróleo e aprovação de uma lei que permitisse aos trabalhadores retirarem dinheiro dos fundos de pensão antes da aposentadoria. Correa descartou qualquer acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que ponha em risco a soberania do país. Em menos de quatro meses de governo, é o terceiro membro do alto escalão do governo que renuncia.

### Revolta

O atual presidente do Equador, Alfredo Palacio, assumiu o governo após a queda do coronel Lucio Gutiérrez, deposto por 60 votos pelo Congresso. Vice de Gutiérrez, Palacio che-

gou ao poder em meio às crescentes ondas de protesto que varreram o país e ao assassinato do fotógrafo chileno-equatoriano Julio Garcia, de 58 anos, que sensibilizou toda a nação equatoriana. Ele faleceu asfixiado pelos gases tóxicos lançados pela polícia, que desencadeou brutal repressão contra os manifestantes.

A marcha de 19 abril, com mais de 50 mil pessoas, foi fundamental para a deposição de Gutiérrez. Já faz parte da história do Equador como uma das maiores manifestações de todos os tempos naquele país.

### 'Mochilazo'

Mais uma vez os estudantes tiveram papel fundamental nos recentes acontecimentos políticos do Equador. Alunos de colégios e universidades desde cedo foram para as ruas de Quito e promoveram o "Mochilazo", ou o "Mochilazo", marchando em direção ao congresso e ao Palácio do Governo.

Antes, porém, juntamente com milhares de moradores de Quito, bloquearam as

principais entradas para a capital, a fim de impedir que "partidários" de Gutiérrez, contratados em outras cidades do país, fossem defender o governo decadente. Entretanto, alguns já haviam entrado anteriormente na cidade, tentando intimidar os moradores, inclusive com ameaças feitas com armas de fogo.

Apesar de todo esse inicial apoio popular, o presidente Palacio já foi deposto por várias lideranças populares e indígenas equatorianas: se assinar ou rejeitar a consulta popular sobre a Área de Livre Comércio com os Estados Unidos e não levar a cabo a Assembléia Constituinte haverá uma revolta no país, do campo à cidade.

Além disso, a maioria da população exige o desmantelamento da base norte-americana no país, o rompimento com o Plano Colômbia, a defesa da estatização do petróleo, o fim da dolarização e a utilização das exportações de hidrocarbonetos para desenvolver o país, e não para pagar a dívida externa.

## Muita coisa em jogo no Paraguai

O Senado paraguaio aprovou uma lei que permite a instalação de uma base militar dos EUA, com total imunidade para os soldados norte-americanos, inclusive fora da jurisdição da Corte Penal Internacional em casos de genocídios ou crimes de guerra. Além disso, garante a livre movimentação das tropas "ianques" por todo seu território.

O interesse dos EUA é na Tríplice Fronteira (com Argentina e Brasil), na maior hidrelétrica da América (Itaipu), no Aquífero Guaraní, o maior reservatório de água doce do mundo, capaz de garantir água para toda a população mundial por 180 anos. Além disso, há a proximidade estratégica com a maior reserva de petróleo mundial, Tarija, na Bolívia.

O presidente Nicanor Duarte quer mudar a constituição para ficar mais cinco anos no poder, apesar do país conviver com 36% de desemprego, 80% da terra pertencer à apenas 2% da população, de cerca de 15% da população viver abaixo da linha de pobreza e de ter recebido US\$ 1 bilhão de organismos multilaterais para o desenvolvimento social, mas não ter feito nada.



## Uma história marcada pela intervenção dos EUA

Desde a sua independência no século XVIII até os nossos dias, a história é marcada pelas sucessivas investidas dos Estados Unidos na América Latina, com objetivos expansionistas, geopolíticos, territorial, econômico e comercial.

A intromissão tem início de forma marcante já no século XIX, em 1809, quando o presidente dos EUA faz uma intencional para se apoderar de Cuba.

A proposta ganhou tanto corpo que em 1823 a América Latina é declarada zona de influência dos Estados Unidos pelo governo norte-americano. É a chamada doutrina Monroe, que perdura até hoje.

Em 1835, sob o pretexto de proteger os interesses dos EUA em El Callao e Lima, fuzileiros norte-americanos desembarcaram no Peru.

A partir daí a intervenção nos países latino-americanos não parou mais. Foram Panamá, República Dominicana, Nicarágua, Porto Rico, Haiti, Cuba, Honduras,

Costa Rica, México, Uruguai, Chile, Colômbia, Peru e Equador.

O expansionismo dos Estados Unidos chegou a tal ponto que tomaram, à força, 51% do antigo território mexicano. Foram mais de dois milhões de quilômetros quadrados, uma área equivalente a Inglaterra, França, Itália, Espanha, Portugal, Holanda, Dinamarca e Suécia juntas. O território é tão grande que compreende os maiores estados dos EUA: Texas e Califórnia, além do Arizona, Novo México, Utah, Nevada e parte de Wyoming e Colorado.

A agressão aos vizinhos foi tão grande, que um aventureiro norte-americano chamado William Walker invadiu a Nicarágua e se autoproclamou seu presidente em 1855. Durante dois anos o aventureiro também atacou El Salvador e Honduras.

Ainda arbitrariamente, os Estados Unidos intervieram em Cuba e declararam-na seu protetorado em 1902.

Já no século XX, os Estados Unidos intervieram na Colômbia e se apoderaram do canal do Panamá. Não satisfeitos, voltaram a intervir em Cuba, invadem a República Dominicana, intervieram por quatro vezes no Panamá, ocupam o México, invadem Honduras e tornam o Haiti um protetorado até 1934. Para completar, invadem a Nicarágua, cujo resultado causou a morte do grande líder Augusto Sandino.

Já na segunda metade do século XX apóiam todas as ditaduras militares instaladas na América do Sul, que resultaram em milhares de assassinatos de lideranças trabalhistas e estudantis. Recentemente, tentaram depor Hugo Chávez, fizeram espírito acordo com o Paraguai, garantiram mercado cativo no Chile, apóiam ostensivamente as forças paramilitares da Colômbia e estão jogando pesado para manter o conservadorismo no Equador e, principalmente, na Bolívia, cujas eleições no final do ano são uma incógnita.

## Influência negativa

O colombiano criado nos EUA e embaixador em Washington Luís Alberto Moreno foi eleito presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, com 15 dos 28 votos.

Apoiado pelos EUA, Moreno nasceu na Filadélfia e nacionalizou-se colombiano. Foi o responsável pela criação do Plano Colômbia – projeto de combate ao tráfico de drogas nominalmente, mas cujo objetivo é combater as Farc. É um dos principais articuladores da Casa

Branca para firmar os chamados Tratados de Livre Comércio, o plano "B" dos EUA com a derrocada da tentativa de criar a Alca – Área de Livre Comércio das Américas. Analistas acreditam que sua eleição pode representar nova iniciativa rumo à Alca, fundamental para os EUA usarem e abusarem dos países da América do Sul e Central.

O BID vem sendo sistematicamente criticado por suas decisões favoráveis aos EUA. Segundo a ONG

norte-americana Institute for Policy Studies, "segundo os passos do Consenso de Washington, a maior contribuição do BID à região tem sido assistir os governos latino-americanos na privatização de empresas rentáveis e a abertura de serviços públicos a empresas transnacionais".

Em maio os EUA conseguiram emplacar o ministro chileno José Miguel Insulza para a Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA).

## Cepal: crescimento será de 4,7%

A América Latina e o Caribe crescerão 4,3% este ano e a previsão é de que em 2006 voltem a expandir-se a uma taxa de cerca de 4%. A previsão é da Comissão Econômica para a América Latina e do Caribe (Cepal), órgão das Nações Unidas.

Segundo a Cepal, com essas taxas a região completaria quatro anos con-

secutivos de crescimento econômico e teria um aumento de aproximadamente 10% do PIB – Produto Interno Bruto no período entre 2003 e 2006

Para a Cepal esse comportamento da economia mostra que os países latino-americanos estão mais preparados para enfrentar as adversidades, buscando uma taxa mais alta "para solucio-

nar os graves problemas enfrentados nos mercados de trabalho, o desemprego.

No crescimento dos países latino-americanos destacam-se a Argentina, com 7,3%; a Venezuela, com 7% e o Uruguai, com 6,2%. Não coincidentemente, os três romperam com o modelo neoliberal imposto pelos ditos países desenvolvidos.

## Capa

## A Revolução Bolivariana

As eleições municipais venezuelanas realizadas no último dia sete propiciaram marcante vitória ao governo Chávez. Ao todo, foram 5.999 cargos disputados por 38.757 candidatos. Os partidários de Chávez conquistaram cerca de 80% das vagas. Compõem o quadro de alianças do presidente o Partido Comunista da Venezuela, o Partido Pátria para Todos, o Podemos e o Túpac Amaru.

O governo Chávez realiza na Venezuela um sonho de grande parte da América do Sul: enfrentar definitivamente a miséria, a pobreza e a fome, utilizando, para isso, os recursos provenientes da exportação de petróleo, nacionalizada e estatizada no atual governo.

Ao contrário do que pregam os arautos do neoliberalismo, Chávez estatizou os setores fundamentais da economia e já avisou aos empresários: quem não estiver com a produção a todo vapor poder perder o controle de sua empresa, que passará às mãos do Estado.

Ao assumir a presidência em 1999 Chávez encontrou inúmeras dificuldades, principalmente no campo econômico, pois o barril do



petróleo estava na casa dos sete dólares o barril. Só para ter uma idéia, hoje encontra-se em cerca de 65 dólares o barril.

A nova Constituição Bolivariana da Venezuela, elaborada também em 1999, amplia direitos sociais e mecanismos de democracia participativa. Assim, além da gestão participativa, o governo introduziu os plebiscitos para definir questões-chaves do país, como a reforma sindical; os referendos consultivos para temas estratégicos, como a privatização do petróleo; e os referendos revogatórios, como a própria continuidade de Chávez à frente do governo, depois de mais uma tentativa de golpe da direita, patrocinada pelos Estados Unidos.

A Revolução Bolivariana desencadeou um processo de socialização que alcança a área política, econômica e social, incluindo trabalhadores até então sem voz. Através de acordo com Cuba importou 20 mil médi-

O atual governo da Venezuela criou as chamadas *Missões*, programas de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, habitação e desenvolvimento endógeno para uma economia alternativa ao mercado capitalista. Os recursos para esses programas vêm do próprio orçamento e de um fundo de desenvolvimento econômico e social, composto pelos lucros da estatal Petróleos da Venezuela, de outras empresas estatais e de impostos sobre as exportações de petróleo.

A Revolução Bolivariana desencadeou um processo de socialização que alcança a área política, econômica e social, incluindo trabalhadores até então sem voz.

Através de acordo com Cuba importou 20 mil médi-

cos e dentistas que atendem em todos os bairros da Venezuela. Cada médico atende 250 famílias, tanto no consultório quanto em casa, de forma combinada. Também existem programas de alimentação popular, com preços abaixo do mercado em até 50% do preço.

Uma das medidas mais polêmicas do presidente Chávez foi a suspensão do DEA (sigla em inglês), acordo de cooperação de combate ao tráfico de drogas, firmado com os Estados Unidos.

Segundo Chávez, agentes desse órgão norte-americano estariam atuando como espões de Washington dentro da Venezuela. Em abril, já haviam sido canceladas operações militares conjuntas com os Estados Unidos.

No começo de julho o próprio presidente Hugo Chávez anunciou a criação da PetroCaribe, que engloba, além da Venezuela, República Dominicana, Granada, Jamaica, Suriname, Antígua e Barbuda, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia, Belize, Bahamas, São Vicente e as Granadinas, República Dominicana e Cuba.

É a Revolução Bolivariana em marcha pelas Américas.



## Chile: aliado dos EUA

O Chile provavelmente é o país que mantém mais fortes relações econômicas com os EUA na AL. Adotou o Tratado de Livre Comércio e vem pagando caro por isso. Apesar de um crescimento de mais de 6%, a atividade econômica está centrada nas exportações, principalmente de pescados (21%) e produtos agropecuários (7%), sem valor agregado, mantendo uma taxa de desemprego que ultrapassa os 7%. Os rentistas continuam fazendo a farra dos lucros.

Ao mesmo tempo, a corrupção é desenfreada. Segundo a Organização Renovação Nacional, 26

bilhões de pesos foi quanto o Estado perdeu entre 2003 e 2005.

A organização Genera denuncia, por sua vez, o desrespeito aos direitos humanos: mais de 90% da população considera que seus direitos são pouco ou nada respeitados.

O presidente Ricardo Lagos, social democrata, mantém ainda clara política de exclusão dos Mapuches (araucanos) das decisões nacionais. Eles representam cerca de 11% da população e lutam pela independência de seus territórios, tomados pelos brancos apenas no século XIX.

## Peru contra reformas

A confederação Geral dos Trabalhadores do Peru está realizando várias manifestações contra as reformas que estão para ser introduzidas no país. Entre elas destacam-se a redução das férias dos trabalhadores que entrarem no mercado para apenas 15 dias e a drástica diminuição de vários direitos sociais. Protestam, ainda, contra a privatização dos portos, aeroportos, da empresa esta-

tal de petróleo e da água. Essas medidas estão sendo adotadas no atual governo, de Alejandro Toledo, que responde por crime de falsidade ideológica, já que 78% das assinaturas que viabilizaram seu partido, em 1998, são falsas. Ele está para firmar Tratado de Livre Comércio com os EUA, que vem realizando "manobras militares conjuntas", já que perdeu a base militar no Equador.

## Colômbia: guerra pelo poder

Há 40 anos a Colômbia vive uma guerra interna. Esse período coincide com a fundação das Farc - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, que nascidas em movimento camponês, hoje ocupam cerca de 30% do território colombiano e lutam por transformações políticas, sociais e econômicas.

Em verdade, a guerra da oligarquia contra o povo colombiano começou em meados da década de 50 do século passado, quando Laureano Gómez y Mariño Ospina formou sua "polícia" - a primeira organização paramilitar - que foi responsável pela morte de 300 mil pessoas.

De lá pra cá as coisas não mudaram. A Colômbia hoje convive com 67% da população no nível de pobreza, de um total de 42 milhões de pessoas, 12 milhões de desempregados, três milhões de camponeses sem terra e forte transferência de recursos para a oligarquia.

Devido a sua importân-



cia geopolítica e ao medo de uma nova revolução na América Latina, a Colômbia é o terceiro país a receber, quantitativamente, ajuda financeira dos Estados Unidos.

Essa ajuda, entretanto, não tem por objetivo melhorar condições econômicas e sociais do país. Ao contrário, visa desmantelar as Farc - hoje chamadas de Exército do Povo (Farc-EP) e toda e qualquer organização popular. Somente no atual governo, encabeçado por Álvaro Uribe, mais de três mil sindicalistas foram assassinados e o número de trabalhadores sindicalizados caiu assusta-

damente: de 17% da força de trabalho em 1970 para 12,3% em 1980, daí para 5,2% em 2002, com estimativas de estar abaixo de 4% este ano. São o desemprego e as perseguições políticas investindo fortemente contra o movimento sindical.

Um dos objetivos explícitos dos Estados Unidos é impingir o Plano de Ação das Américas, do qual faz parte a proposta da Alca, e a Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Sul americana, que representam nada mais nada menos que tratados comerciais e financeiros garantindo livre mercado para as transnacionais.

## Plano Patriota

As forças paramilitares financiadas pela oligarquia colombiana voltaram a ganhar forças nesses últimos anos, em uma estratégia de dizimar regiões inteiras para tentar espremer o Exército do Povo. A estratégia consiste em intimidar através do terror pequenas cidades do interior, ao mesmo tempo que cresce no mesmo tempo que cresce nas grandes cidades, onde assassina e agride dirigentes sindicais, universitários, intelectuais, religiosos etc.

Estimulado e financiado pelos Estados Unidos, o governo implantou há um ano o chamado "Plano Patriota", com o qual pretendia dizimar as Farc-EP em apenas oito meses. As derrotas militares infringidas aos mercenários foram tantas, que o Estado Maior das Forças Armadas reconheceu publicamente o fracasso, ao admitir que as Farc-EP estão praticamente intactas e que seriam necessários oito anos para alcançar o objetivo.

## Narcotráfico: puro marketing

Uma das maiores façanhas do governo Uribe, com orientação e financiamento dos Estados Unidos, foi atribuir às Farc-EP a responsabilidade pelo tráfico internacional de drogas a partir da Colômbia, um dos maiores exportadores de cocaína e heroína do mundo.

Em verdade, as Farc-EP contam uma história que poucos conhecem: em 12 de maio do ano 2000 a polícia do aeroporto de Dorado, Bogotá, capital do país, encontrou inúmeros frascos

de um líquido viscoso. Ao analisar seu conteúdo a surpresa: heroína pura, remetida pela empresa norte-americana DynCorp. O general da polícia que estava à frente da investigação destituído.

A DynCorp é uma das sete empresas militares privadas norte-americanas que têm contrato de 600 milhões de dólares para operar na Colômbia. Possui 150 homens "trabalhando" naquele país, a grande maioria combatentes oriundos das guerras do Vietnã. Gol-

fo Pérsico, El Salvador e Guatemala. Ou seja, mercenários.

Cabe destacar que por acordo os aviões da empresa saem da Colômbia sem nenhum tipo de controle por parte da polícia ou do governo.

Outro fato de domínio público foi o do coronel norte-americano, cuja esposa enviava a droga para que o mesmo a comercializasse. Detalhe: a droga saía através da mala diplomática dos EUA.

## Nascem as Farc

Há 40 anos em Marquetelía, departamento de Tolima, 16 mil soldados iniciaram ofensiva contra 48 camponeses que, obrigados a se defender, empunharam armas. Nesta ocasião nasceram as Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colômbia (Farc), hoje Ejército Del Pueblo, que se transformaram em uma alternativa de poder popular.

## Argentina: o maior crescimento da AL

Depois de dois anos de negociação dos títulos da dívida externa a moratória argentina economizou US\$ 67 bilhões. Por isso, hoje o país vizinho tem o maior crescimento econômico de toda a América Latina: 7,3%.

A situação melhorou tanto que o próprio (ainda) presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Enrique Iglesias, viu-se forçado a dizer que a Argentina tem uma dependência muito menor do FMI, que mesmo assim quer, a todo custo, mudar a política cambial - tomar fluante o câmbio.

Mesmo com essa melhora, ainda existe grande disparidade na renda per capita: os 10% mais ricos ficaram com riqueza 28,8 vezes superior aos 10% mais pobres no ano passado, em que o país cresceu 9%.

Com eleições de governadores previstas para outubro, o partido do presidente Néstor Kirchner espera vencer em Buenos Aires, principal "província" do país. No final de agosto, ele anunciou uma série de obras públicas e subsídios para programas sociais, como tentativa de superar o desemprego e a miséria deixados por Méнем.

## Uruguai: pouco tempo

O governo Tabaré Vasquez tem cinco meses de mandato. Oriundo de uma coligação de partidos de esquerda, é o primeiro governo democrático e progressista que assume o poder no Uruguai.

As demandas a suprir são muitas, a começar pelo forte desemprego, crise econômica e social. No campo político, Tabaré Vasquez conseguiu acordo com os chefes das forças armadas para procurar os desaparecidos políticos da época da ditadura.

O novo governo uruguaio já firmou acordos comerciais com a Venezuela,

que podem 300 milhões de dólares, principalmente para a extração e refino de petróleo.

Nesse pouco à frente do Executivo, entretanto, Tabaré Vasquez tomou algumas medidas impopulares, como manter a privatização da água e firmar acordo com o FMI.

Nos últimos quatro meses o país conseguiu crescimento econômico de cerca de 0,4%, principalmente devido à influência argentina, que vive forte período de crescimento econômico, com taxa de 9% no ano passado e previsão de atingir 7,1% este ano.

Educação

# Habitação: negociação caminha lentamente



Negociação sobre moradia ocorrida na Terracap, com diretores do Sinpro

Já se passaram mais de 150 dias e até o momento as negociações para formulação do programa habitacional para os professores não chegou a uma conclusão. Vale lembrar que o prazo dado para essa definição era de 60 dias após o fim da greve.

No último dia 19 aconteceu uma nova rodada de negociação, em que estavam presentes a presidente da Terracap, a subsecretária de recursos humanos da Secretaria de Gestão Administrativa, a secretária de Desenvolvimento Urbano e representante da Caixa Econômica Federal.

A Caixa apresentou a minuta de um convênio que poderá ser assinado com o GDF para desconto em folha em caso de financiamento contraído naquela instituição. A Terracap informou que o governador assinará nos próximos dias decreto instituindo o programa de incentivo à moradia para os servidores públicos.

O Sinpro, por sua vez, apresentou vários pontos considerados pelos professores como importantes, entre eles a necessidade de aumentar o teto salarial para financiamento de imóveis de baixa renda (com subsí-

dio) de seis para 12 salários mínimos, a importância de buscar formas para garantir que os servidores com pendências financeiras no Serasa possam fazer o financiamento, e a diminuição das taxas de juros, uma vez que o desconto será feito em folha.

O sindicato defendeu ainda que seja dado ao servidor o direito de escolher, dentre as modalidades de programas existentes (carta de crédito, arrendamento, imóvel na planta, terreno da Terracap etc) aquele que melhor atenderá às suas necessidades.

## CPI: novas denúncias envolvem Eurides Brito



Novas denúncias foram apresentadas no último dia 19, à CPI da Educação, na Câmara Legislativa. Em depoimento, o ex-subsecretário de Apoio Operacional da Secretaria de Educação, Manoel Carneiro, trouxe documentação comprovando irregularidades na contratação de OSCIPs – Organizações Sociais Civis de Interesse Público.

Segundo Manoel, quando o Instituto Candango de Solidariedade (ICS) foi extinto, todos os contratos firmados entre o ICS e a Se-

cretaria de Educação foram repassados para OSCIPs. “Coincidentemente, o ex-diretor do ICS fundou uma OSCIP, em 2002, o IDESP, que já recebeu cerca de R\$ 30 milhões nos últimos anos”, denunciou Manoel Carneiro.

Um coquetel de lançamento do projeto Reforço Escolar, em que o IDESP foi contratado para cuidar do programa, as despesas foram de R\$ 16.900.

O ex-subsecretário também confirmou que em janeiro de 2001, ganhou passagens

aéreas para o Nordeste, pela Jovem Turismo. “Eram como brindes para os servidores e chegavam via gabinete da deputada Eurides Brito”, declarou Manoel.

Para o deputado Paulo Tadeu, relator da CPI, entretanto, a denúncia mais grave foi a de que Roriz sabia das irregularidades e nada fez. “O governador foi informado e, no entanto, se omitiu. Isso é muito grave”, disse Paulo Tadeu.

**Aline Fonseca**  
Jornalista

Dia a dia

## Formação sindical



Convênio firmado entre o Sinpro e a Escola de Formação da CUT (ECO-CUT) já formou 80 delegados sindicais em 205. Uma nova turma entrará em formação ainda este ano.

## Galpão em São Sebastião abriga 300 crianças

Cerca de 300 crianças da educação infantil estão tendo aulas em um galpão improvisado na cidade de São Sebastião. Elas são matriculadas no Centro de Ensino Infantil, localizado na quadra....., mas, como o estabelecimento não tem salas suficientes, foi “inventada” essa solução. O local fica distante da escola e não possui a menor condição de uso, pois a iluminação é insuficiente, as salas não têm

quadro negro, não há espaço para atividades lúdicas fundamentais no ensino infantil.

O Sinpro denunciou a situação e houve grande repercussão na imprensa local. No primeiro semestre a situação era ainda pior, pois as crianças estudavam sem merenda escolar e com horário reduzido, ou seja, duas horas e meia por turma. Diante da indignação da comunidade, o GDF acabou com o horário reduzido e regularizou o fornecimento da

merenda após pressão do Conselho de Alimentação do DF, mas disse que uma nova escola somente no ano que vem.

Isso denota a falta de planejamento do governo Roriz de não considerar o crescimento da demanda para investir na construção de escolas antes do início do ano letivo.

Ficaremos de olho para cobrar uma nova escola quando começarem as aulas em 2006.

## Banheiros fechados provocam polêmica

Na Escola Classe São Bartolomeu havia uma regra: os banheiros ficavam fechados e a chave em poder da diretoria. Isso levava muitas crianças a ficarem constrangidas em solicitar a ida ao banheiro. Ao ponderar que essa não

era a melhor solução para a questão da manutenção das instalações sanitárias, a professora Sônia foi devolvida.

Inconformada, a professora decidiu fazer uma reunião com os pais, onde recebeu todo o apoio e a situação foi revertida com a diretoria da regional determi-

nando que os banheiros fossem abertos.

Mais uma vez o Sinpro alerta: se você sentir seu direito ser desrespeitado, não hesite em procurar a diretoria para que possam buscar seus direitos, por menores que eles possam parecer.

## Permutas

- |  |  |
|--|--|
| <b>Nome:</b> Gláucia Almeida Portela<br><b>Disciplina:</b> História/Geografia/Sociologia/Filosofia<br><b>Escola:</b> CED 123 Samambaia Sul<br><b>Permuta para:</b> Planaltina (zona rural) ou Sobradinho<br><b>Telefone:</b> 9239.4770/6376494 | <b>Escola:</b> EC 02 do Gama<br><b>Permuta para:</b> Sairjornada ampliada (20h/20h)<br><b>Telefone:</b> 9964.0335  |
| <b>Nome:</b> Francisco Cássio da Silva<br><b>Disciplina:</b> Atividades<br><b>Escola:</b> EC 45 de Taguatinga<br><b>Permuta para:</b> Planaltina<br><b>Telefone:</b> 3389.3157/9491.3337 (f.cassio@bol.com.br)                                 | <b>Nome:</b> Cássia de Oliveira<br><b>Disciplina:</b> Biologia<br><b>Escola:</b> CEM 02 de Ceilândia/Noturno<br><b>Permuta para:</b> Taguatinga/P. Piloto<br><b>Telefone:</b> 9962.0741  |
| <b>Nome:</b> Rejane Nogueira da Silva Sales<br><b>Disciplina:</b> Atividades<br><b>Escola:</b> DRE Samambaia<br><b>Permuta para:</b> DRE Guará<br><b>Telefone:</b> 9961.4887/9961.4887   | <b>Nome:</b> Luciana Pontes Dias<br><b>Disciplina:</b> Atividades<br><b>Escola:</b> EC 03 N. Bandeirante<br><b>Permuta para:</b> Taguatinga<br><b>Telefone:</b> 3036.3538/9258.9058  |
| <b>Nome:</b> Regina Coelli C de Farias<br><b>Disciplina:</b> Atividades<br><b>Escola:</b> EC 50 de Ceilândia/P Sul<br><b>Permuta para:</b> Taguatinga/N. Bandeirante<br><b>Telefone:</b> 3376.6070/3356.7657                                   | <b>Nome:</b> Junay Nancy dos Santos<br><b>Disciplina:</b> Atividades<br><b>Escola:</b> EC Ponte Alta de Cima (Zona Rural/Gama)<br><b>Permuta para:</b> Zona Rural Sob./Plan./Paranó/S. Sebastião<br><b>Telefone:</b> 3383.2571/9964.2676 |
| <b>Nome:</b> Renata Antunes de Souza<br><b>Disciplina:</b> Inglês<br><b>Escola:</b> CEF 209 Santa Maria<br><b>Permuta para:</b> Plano Piloto<br><b>Telefone:</b> 9618.4875/3447.5722   | <b>Nome:</b> Kelly Cristine<br><b>Disciplina:</b> Matemática (jornada ampliada)<br><b>Escola:</b> CEF 08 do Guará<br><b>Permuta para:</b> Asa Sul<br><b>Telefone:</b> 8132.2043  |
| <b>Nome:</b> Neuza Pereira C de Oliveira<br><b>Disciplina:</b> Atividades  | <b>Nome:</b> Luciane Maria de Lima P Batista<br><b>Disciplina:</b> Atividades<br><b>Escola:</b> EC 43 de Ceilândia<br><b>Permuta para:</b> Cand./ Guará/N. Bandeirante<br><b>Telefone:</b> 8131.3228                                     |

# PLANO DE CARREIRA

Já estamos no segundo ano de implantação do nosso plano de carreira e agora temos a certeza do quanto ele está sendo prejudicial para nossa categoria de professores. Com a sua reformulação passamos a ter o pior plano entre as categorias de nível superior do Distrito Federal. Mas não temos porque estranhar, afinal os desdobramentos das negociações que envolveram nosso Sindicato, a Câmara Legislativa e o Governo já apontavam, àquele momento, para a situação que vivemos hoje.

Só no primeiro semestre de 2003 tivemos vinte e três reuniões com a Secretaria de Assuntos Sindicais e dentre outros itens, discutimos uma carreira única de nível superior, a vigorar a partir de janeiro de 2004. Paralela àquela discussão, estava em estudo a situação dos professores de nível médio, que ficariam estacionados até a aquisição do diploma de nível superior. Essa alternativa também, apontava para o que viria a ser conhecido como critério de barreira, cuja inserção dos orientadores resultaria num Plano de Cargos e Salários

igual ao do Magistério.

Nossas barreiras que eram 6, 12 e 18, continuavam com seus percentuais e ainda ganhávamos mais um padrão e seus percentuais de aumento continuavam os mesmos, portanto teríamos uma reformulação do plano que contemplava a todos e, portanto, com uma carreira única de nível superior até porque já tínhamos a certeza que a maioria absoluta de nós já detinha o diploma de curso superior e aos poucos o Governo já buscava o PIE e teríamos, assim, realmente um plano de carreira decente.

Quando o prazo de negociação começou a se encerrar, naquela época 31/07/2003, sentimos que as discussões começavam a se esvaziar e a notícia que vinha por parte do governo é que as tabelas seriam apresentadas à comissão até aquela data, bem como o texto final dos encontros.

Foi nessa ocasião que

apareceu o senhor Sinval Lucas, ocupante de cargo na SEE, que bem orientado pela Deputada Eurides Brito e a então Secretária de Educação, senhora Maristela Neves, (triste lembrança para esta categoria), com um Plano de Carreira no bolso que, segundo o próprio, teria sido construído a partir de um curso feito em São Paulo, cuja pérola passou a ser vendida como o melhor de todos os planos e cargos para os professores.

Às 17h do dia 31 de julho daquele ano, o Sinpro foi chamado à SEE para uma reunião e o item de pauta era o que, pelos prejuízos causados poderia muito bem ser chamado de "plano Sinval Lucas/Eurides/Maristela". Nas conversas ficou explícito que todas aquelas reuniões feitas na SGA deveriam ser desconsideradas, afinal o "melhor plano" para os professores já estava pronto, faltando apenas acertos políticos finais e, por fim, sua

implantação.

Em agosto e setembro aconteceram os debates na Câmara Distrital, como havíamos previsto, o plano em debate era aquele do senhor Sinval Lucas – o melhor de todos os planos.

As nossas articulações e as pressões feitas não foram suficientes para nos livrarmos de tamanho prejuízo, afinal os acordos já tinham sido feitos antes. A senhora deputada Eurides Brito, a jovem senhora Maristela Neves e o bem mandado Sinval Lucas, associados à bancada do Governo, nos impuseram o pior plano de cargos e salários do setor público do Distrito Federal, com os resultados que conhecemos hoje.

Neste sentido, queremos acreditar que o acordo feito para pôr fim a última greve, na palavra do próprio governador RORIZ, que "2006 será o ano da EDUCACÃO" e reafirmada pela secretária de Gestão, Administrativa Cecília Landim, de ser da correção do

Fundo Constitucional do DF para 2006 repassado, no mínimo, 300 milhões para o magistério, pois à época, em março/2005, projetávamos um reajuste no FC em torno de 14 a 15%, seja, de fato, concretizado, pois só assim haverão de ser reparados os prejuízos que estamos tendo, mês a mês, com este nosso triste plano de cargos e salários, que chamamos de Plano de Carreira de Professores do DF.

Nesse quadro de dificuldades que vivemos, muitos professores vêm na saída de cargos e salários do setor público para alcançar o equilíbrio de suas contas e necessidade e sair dos prejuízos impostos por essa política desastrosa de cargos e salários.

Resta-nos, porém, aguardar janeiro, mês em que o FC será reajustado em 18,17%. Se assim for, poderão ser corrigidas as injustiças que há anos sofre todo o Magistério Pí-

blico do Distrito Federal, sobretudo os mais antigos de tempo de serviço e todos os aposentados.

Por fim, senhora secretária Wanderci Antonia de Camargo e senhora secretária Cecília Landim, estamos passando da hora de resgatar a comissão que estudou o plano de carreira há dois anos atrás: Rivail e Cló pela SEE, Dr. Edson e Dra. Joséia pela SGA e o abaixo assinado com os companheiros César e Lisboa pelo SINPRO/DF, uma vez que já temos estudos acumulados para o mais breve possível termos uma proposta que venha atender a todos, e que este justo direito de termos um plano digno e um salário decente, esteja em nossos contracheques em 1º de janeiro de 2006, conforme também acertado, vale lembrar. E para nós, categoria de professores, restam muita mobilização e disposição de luta ao longo destes próximos meses, pois promessas são promessas, e para a Educação...

**Nelson Sobrinho**  
Diretor do Sinpro

**No primeiro semestre de 2003 tivemos 23 reuniões com representantes do GDF**

**Se houver o reajuste de 18,17% muitas antigas injustiças poderão ser corrigidas**

## E.C. 01 da Vila Estrutural

# Um depósito de crianças



Apenas dois banheiros para 700 alunos em cada turno, faltam de quadra de esportes e de parquinho para as crianças da 1ª à 3ª séries. Estes são alguns dos problemas da Escola Classe 01 da Vila Estrutural, que apesar de ter 1.480 alunos, 23 salas de aula e 48 professores parece um depósito de crianças.

O quadro não é novo.

Arrasta-se há alguns anos, sem que sejam tomadas quaisquer providências. Ainda assim, o GDF tirou R\$ 100 milhões da educação no primeiro semestre deste ano, alegando um remanejamento de verbas. Infelizmente, outras escolas do Distrito Federal vivem drama semelhante, abandonadas pelo governo.

Além de tudo isso, a escola é feita de madeirite e superaquece no calor. Pra completar o quadro, o espaço da cantina é inapropriado, 20 turmas da 1ª série não têm acesso à biblioteca, não há espaço para o recreio, a escola não é murada.

É um absurdo que a capital do País ainda conviva com tamanho descaso com a Educação.

## Dicas do QN

# DOCTV – Olhares imaginando um Brasil



Essa é para gravar e guardar para uso pedagógico: a partir do dia 28 de agosto, sempre às 23h de domingo, em programação que se estenderá até maio de 2006 nas emissoras da rede pública de televisão (em Brasília, a TV Nacional), serão exibidos os 35 documentários do Projeto DOCTV, um programa pioneiro de fomento à regionalização da produção brasileira de documentários.

Há temas tão variados quanto o documentário sobre Hermógenes, o pioneiro da yoga, chamado "Deus me livre de ser Normal", até registros dos reis negros de Minas Gerais (Reis Negros), e o registro das lonjuras sem fim e a solidão dos beiradeiros na fronteira com a Bolívia (O Brasil que Começa no Rio...)

## Nossa História é sobre Brasília

A edição de setembro da revista Nossa História traz um dossiê completo sobre

Juscelino Kubitschek e não é possível falar dele sem dar destaque a Brasília, já que a fundação da cidade é o principal marco de seu mandato. O artigo "Utopia no Planalto", da historiadora brasileira Vânia Maria Losada Moreira conta como a construção da atual capital do país concretizou o sonho de desenvolvimentismo da época, idealizado por todas as camadas da população, incluindo até mesmo os políticos da oposição.

Já a seção "Olhares" traz texto do arquiteto Hugo Segawa, analisando um dos pontos turísticos mais famosos da capital federal: a Catedral de Brasília.

Brasília também está presente na seção "Mês e Ano", que dá destaque à Biblioteca do Senado, segunda instituição oficial a ser criada para abrigar livros no Brasil. Em 2006, a biblioteca fará 180 anos e, em comemoração, vai restaurar e digitalizar parte do seu acervo.

## AGENDA

O III Encontro Brasileiro de Matemática, promovido pela SBEM-DF, será entre os dias 18 a 20 de novembro deste ano, na UnB.

O período de inscrições é de 18 de agosto a 20 de setembro.

Maiores informações no stie: sbem-df@fe.unb.br

## Um dicionário para a capoeira

A capoeira ganhou um dicionário. A obra é do professor e jornalista Mano Lima, editor da revista Capoeira em Evidência. Além de extensa pesquisa, o autor entrevistou mestres de São Paulo, Bahia, Goiás e Distrito Federal.

O dicionário, inédito no Brasil, é prefaciado pelo ministro dos Esportes, Agnelo Queiroz, e recomendado por mestres Bamba (Bahia), Suíno (Goiás), Squisito e Zulu (DF). Segundo Agnelo Queiroz, o dicionário é "uma obra que já nasceu clássica".

Os interessados em adquirir-la podem entrar em contato com o autor pelos telefones (61) 9296-4757-3435 6673 ou e-mail manolima@pop.com.br.

## Educação

## Sebastião Salgado inspira o Setor Leste



O fotógrafo Sebastião Salgado aportou em Brasília em 2001 com a exposição *Êxodos*, em que registrou o drama das migrações humanas pelo mundo. Sua obra serviu de inspiração para um trabalho multidisciplinar desenvolvido pelos professores de Ciências Humanas do Centro de Ensino Médio Setor Leste.

Segundo explicou Luis Guilherme Moreira, professor de História, a sensibilidade do fotógrafo brasileiro ao registrar ao mesmo tempo a dor e a dignidade humana, motivou a escola não só a buscar saber mais sobre os povos retratados, quanto a pesquisar no espaço do Distrito Federal as situações parecidas às registradas na exposição.

Surgiu assim o projeto *Re(vi)endo Êxodos*, que em 2005 chega a sua 4ª fase. Com o tema *Cultura, Expressão e Liberdade* os alunos irão resgatar através da pesquisa e da vivência as tradições culturais e históricas da região entre Pirineópolis e Brasília. Para

isso, de 6 a 21 de outubro irão realizar uma caminhada entre as duas cidades, registrando pelo caminho as manifestações culturais, sociais e artísticas e as condições gerais em relação ao meio ambiente.

No ano passado a escola já havia realizado uma caminhada de uma semana entre Planaltina e Brasília. Os alunos do 2º e 3º anos do ensino médio se hospedaram em locais como a Chácara do Professor, o Poço Azul e o Parque Nacional de Brasília. Todos os dias os alunos participavam de aulas sobre o meio ambiente que estavam conhecendo, as ações de preservação, a língua portuguesa e os regionalismos da região e do cerrado, noções de tipo de solo, composição e manejo, o teatro, a dança, a música, enfim toda uma ação multidisciplinar que buscava sair da forma convencional de transmitir conhecimento.

"Iniciamos esse projeto porque não agüentávamos mais essa cantilena de que a escola pública não tem

qualidade. Uma das coisas que mais notamos é a mudança da percepção dos alunos a respeito do mundo que nos cerca e o aumento da auto-estima dos jovens," afirma Luis Guilherme.

Para subsidiar a caminhada de outubro a escola está realizando o mapeamento de dados e características da região, que é ligada ao histórico da Missão Cruls. A pesquisa conta com o apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e das prefeituras dos municípios de Pirenópolis, Corumbá de Goiás, Alexânia e Santo Antônio do Descoberto.

Além de ações pedagógicas específicas, como aulas, palestras e debates com a comunidade, outro resultado do projeto é a mostra fotográfica dos alunos, que possui curadoria da prestigiada fotógrafa Mila Petrillo. Nas duas últimas edições a exposição foi apresentada no Conjunto Nacional com grande sucesso de público.

## Ciranda da Educação: a superação de desafios

Um trabalho desenvolvido por seis professoras do Centro Integrado de Ensino Especial (CIEE) da 912 está contribuindo para resgatar a cidadania de alunos especiais e potencializando a capacidade de apreensão de conhecimento. "Em primeiro lugar acabamos com a ideia de só trabalhar projetos em datas comemorativas e encaramos o desafio de arrancar o rótulo de incapazes, mostrando que é possível aumentar a cognição desses alunos", afirmou Neliane da Cunha, uma das professoras envolvidas no projeto.

Para trabalhar com os alunos são definidos temas geradores mês a mês. Em

março deste ano, por exemplo, o tema foi "Eu, Família e Sociedade", em que foram trabalhados os conflitos existentes nessas relações, com aulas de expressão corporal e trabalhos de artes. Em maio, o tema foi cidadania. Uma das iniciativas foi tirar carteiras de identidade para os alunos, que possuíam apenas a de portadores de necessidades especiais: "Eles entenderam que são cidadãos e ficaram muito felizes em poder se identificar com todo mundo", ressaltou.

As professoras trabalham com três turmas de manutenção acadêmica, especialmente dedicadas a manter o conhecimento ad-

quirido e aumentá-lo.

O avanço obtido pelos alunos é notado pelos pais e professores em especial na área de leitura e escrita. Cada pequeno avanço, nesse caso, é comemorado por pais e professores, pois muitos alunos têm dificuldade até para conseguir segurar o lápis, por deficiência de coordenação motora. "Estamos conseguindo melhorar sensivelmente a auto-estima desses alunos, estimulando neles o interesse em aprender", afirma Neliane.

Além dela, trabalham no projeto as professoras Fabiana Saraiva, Joella Capiberibe, Sandra Calixto, Oneida, Andréia, entre outros.

## Educação avança, mas faltam recursos

*Fizemos um levantamento das políticas educacionais do governo Lula, propostas já implementadas ou que estão para ser votadas pelo Congresso Nacional*

### Fundeb

Uma reivindicação antiga de entidades ligadas à educação, a proposta de criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica – Fundeb, frustrou as expectativas. O grande problema da proposta que está em discussão no congresso é a limitação de recursos. Enquanto o ideal seria garantir, de imediato, 20% dos recursos provenientes dos impostos municipais e estaduais, aumentando gradativamente os percentuais até chegar 25%, o projeto prevê que o fundo comece com 16,6% e chegue a 20% em 2009. Quanto aos recursos federais o governo inicia com 1,9 bilhão e chega em 2009 a 4,3 bilhões. O projeto vincula 60% dos recursos para pagamento de professores, quando o ideal seria vincular pelo menos 80% para poder corrigir em parte os salários dos educadores, principalmente nas redes municipais de ensino.

Com o Fundeb serão atendidos 47 milhões de estudantes (hoje são 32 milhões atendidos), englobando modalidades da educação básica, como o ensino infantil e médio, e a educação de jovens e adultos – incluídas a educação especial, educação indígena e educação profissional –, mas deixando de fora pré-escola. Por outro lado, o Ministério da Educação não apresenta dados que indiquem que o volume de recursos necessários para a sustentação do programa, a médio e longo prazos, está garantido.

### Universidades

Além da reforma do ensino superior, cuja proposta final também está no Congresso Nacional, algumas outras medidas foram implementadas. Foram criadas as universidades federais do Pampa (Bagé-RS), do ABC – SP, Triângulo Mineiro, Alfenas-MG, Dourados-MS, Recôncavo Baiano e Universidade do Semi-árido, no Rio Grande do Norte.

Foram recuperadas 75% das perdas de custeio dos dez anos anteriores à posse do presidente Lula, criou-se uma carreira para os servidores técnico-administrativos e foram contratados docentes e profissionais para os hospitais universitários.

Foi criado o Programa Universidade para Todos (ProUni), além da adoção do sistema de cotas nas instituições federais de ensino superior. O projeto de lei que institui o ProUni encontra-se no Congresso Nacional e prevê a ocupação de parte das 550 mil vagas ociosas em instituições de ensino superior privadas por estudantes oriundos da rede pública, com renda familiar de até um salário mínimo, e professores da educação básica, sem curso superior. Propõe também que as instituições superiores filantrópicas destinem os 20% de gratuidade, já exigidos por lei, em troca de isenção de impostos estabelecidos pela

Constituição Federal exclusivamente para bolsas de estudos.

Já o Sistema Especial de Reserva de Vagas, que faz parte da Reforma da Educação Superior, determina que 50% das vagas das universidades públicas sejam destinadas a estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas. Nesta cota estão previstas vagas para negros e índios, de acordo com a proporção dessas populações em cada estado, determinada pelo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Aliada à Lei Federal 10.639/2003, promulgadas nos primeiros dias do governo Lula, e que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, a iniciativa de introduzir o sistema de cotas nas universidades brasileiras procura, com ações concretas por parte do Estado, diminuir as desigualdades étnico-raciais, e pela primeira vez são propostas ações afirmativas para sua superação.

### Alfabetização

O Programa Brasil Alfabetizado apresenta avanços em relação às campanhas e programas de alfabetização promovidos no País desde a década de 1940 e especificamente em relação ao Alfabetização Solidária, única iniciativa do governo federal entre 1998 e 2002. Inicialmente, deve-se valorizar o fato de ser um programa de iniciativa de governo, ao contrário do programa anterior, que punha na mão apenas da sociedade civil a responsabilidade por um direito que só pode ser realizado pela ação efetiva do Estado.

Estas iniciativas ilustram o impasse do atual governo federal: programas pautados nos princípios de universalização do direito educacional e superação das desigualdades, mas estagnados e ou desvirtuados pela falta de recursos, provocadas em grande medida pela manutenção da lógica da política econômica conservadora.

Enquanto faltam recursos para implementação efetiva dos programas anunciados, a economia brasileira vem registrando um aumento progressivo do seu superávit primário para além da meta absurda acordada para este ano com o Fundo Monetário Internacional (FMI), de R\$ 56,9 bilhões. Este valor seria suficiente para multiplicar o orçamento do Ministério da Educação, reprogramado para o ano de 2004 em R\$ 6 bilhões e orçado em R\$ 7,6 bilhões para 2005.

### Inclusão

Entre as propostas que defendem a inclusão social está o Sistema Letra, um programa de computador desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) que transforma qualquer texto escrito, no computador, em áudio. Os

deficientes visuais vão ganhar uma nova ferramenta para ter acesso à informação e à cultura. A proposta é simples: o programa de computador tem um banco de dados com a pronúncia de todas as sílabas e as pontuações. Ao jogar o texto no computador, o programa associa os sons com aquilo que está escrito e a própria máquina transforma o texto em áudio. O Sistema Letra será distribuído gratuitamente para escolas e instituições que lidam com o deficiente visual. Com isso, elas mesmas poderão traduzir rapidamente qualquer tipo de texto.

### Integração

O governo revogou o decreto que proibia o ensino médio integrado ao técnico e criou o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Em 2006, 10% de todas as vagas nas escolas técnicas serão destinadas a jovens com mais de 17 anos que queiram concluir o ensino médio com uma formação profissional básica ou técnica plena. A partir de 2007, serão 20% das vagas.

### Apoio

"O Ministério da Educação, sob o comando do ministro Tarso Genro, cristalizou uma base social de apoio à educação. As principais associações de educadores, como o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e a União Nacional dos Estudantes (UNE) manifestaram-se, por escrito, pela manutenção das políticas do MEC. A agenda da educação é suprapartidária e não pode ser vista como política de governo, mas de Estado".

### Avaliação

O Ministério da Educação vai aplicar dez milhões de provas para avaliar estudantes do ensino básico — todos os alunos da quarta e da oitava séries e do terceiro ano do ensino médio. Em relação ao ensino superior, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), criado no ano passado, vai avaliar pela primeira vez todos os 15 mil cursos de graduação das universidades federais e privadas do país. Como resultado, será possível fazer políticas públicas para secretários estaduais e municipais de educação como nunca foi feito. De posse dessas informações, o MEC poderá fazer um diagnóstico real de cada nível de ensino.

### Orçamento

Mesmo com todo o aperto da política econômica, de 2004 para 2005 o orçamento do Ministério da Educação cresceu R\$ 3,4 bilhões, passando de R\$ 17,3 bilhões para R\$ 20,7 bilhões.



# Tabela salarial a partir de setembro

**TABELA DE REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
CONFORME LEI 3.318/2004 - DF (SETEMBRO/2005)  
PROFESSORES CLASSE A - COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - 40 HORAS SEMANAIS**

ETAPA	Dias Trabalhados	Anos Trabalhados	Vencimento Básico	Gratificação Incent.Carreira	Regência De Classe	Dedicação Exclusiva	Anuênio	Abono	Salário Set/2005	Salário Atual	Diferença %	Diferença Valor
I	Até 365	0 - 1	840,00	336,00	252,00	504,00	0,00	59,87	1.991,87	1.863,87	6,87%	128,00
I	366 - 730	1 - 2	840,00	336,00	252,00	504,00	8,40	59,87	2.000,27	1.872,07	6,85%	128,20
I	731 - 1095	2 - 3	840,00	336,00	252,00	504,00	16,80	59,87	2.008,67	1.880,27	6,83%	128,40
II	1096 - 1460	3 - 4	840,00	462,00	252,00	504,00	25,20	59,87	2.143,07	2.011,47	6,54%	131,60
II	1461 - 1825	4 - 5	840,00	462,00	252,00	504,00	33,60	59,87	2.151,47	2.019,67	6,53%	131,80
II	1826 - 2190	5 - 6	840,00	462,00	252,00	504,00	42,00	59,87	2.159,87	2.027,87	6,51%	132,00
III	2191 - 2555	6 - 7	840,00	672,00	252,00	504,00	50,40	59,87	2.378,27	2.241,07	6,12%	137,20
III	2556 - 2920	7 - 8	840,00	672,00	252,00	504,00	58,80	59,87	2.386,67	2.249,27	6,11%	137,40
III	2921 - 3285	8 - 9	840,00	672,00	252,00	504,00	67,20	59,87	2.395,07	2.257,47	6,10%	137,60
IV	3286 - 3650	9 - 10	840,00	798,00	252,00	504,00	75,60	59,87	2.529,47	2.388,67	5,89%	140,80
IV	3651 - 4015	10 - 11	840,00	798,00	252,00	504,00	84,00	59,87	2.537,87	2.396,87	5,88%	141,00
IV	4016 - 4380	11 - 12	840,00	798,00	252,00	504,00	92,40	59,87	2.546,27	2.405,07	5,87%	141,20
V	4381 - 4745	12 - 13	840,00	1.008,00	252,00	504,00	100,80	59,87	2.764,67	2.618,27	5,59%	146,40
V	4746 - 5110	13 - 14	840,00	1.008,00	252,00	504,00	109,20	59,87	2.773,07	2.626,47	5,58%	146,60
V	5111 - 5475	14 - 15	840,00	1.008,00	252,00	504,00	117,60	59,87	2.781,47	2.634,67	5,57%	146,80
VI	5476 - 5840	15 - 16	840,00	1.134,00	252,00	504,00	126,00	59,87	2.915,87	2.765,87	5,42%	150,00
VI	5841 - 6205	16 - 17	840,00	1.134,00	252,00	504,00	134,40	59,87	2.924,27	2.774,07	5,41%	150,20
VI	6206 - 6570	17 - 18	840,00	1.134,00	252,00	504,00	142,80	59,87	2.932,67	2.782,27	5,41%	150,40
VII	6571 - 6935	18 - 19	840,00	1.344,00	252,00	504,00	151,20	59,87	3.151,07	2.995,47	5,19%	155,60
VII	6936 - 7300	19 - 20	840,00	1.344,00	252,00	504,00	159,60	59,87	3.159,47	3.003,67	5,19%	155,80
VII	7301 - 7665	20 - 21	840,00	1.344,00	252,00	504,00	168,00	59,87	3.167,87	3.011,87	5,18%	156,00
VIII	7666 - 8030	21 - 22	840,00	1.470,00	252,00	504,00	176,40	59,87	3.302,27	3.143,07	5,07%	159,20
VIII	8031 - 8395	22 - 23	840,00	1.470,00	252,00	504,00	184,80	59,87	3.310,67	3.151,27	5,06%	159,40
VIII	8396 - 8760	23 - 24	840,00	1.470,00	252,00	504,00	193,20	59,87	3.319,07	3.159,47	5,05%	159,60
IX	8761 - 9125	24 - 25	840,00	1.680,00	252,00	504,00	201,60	59,87	3.537,47	3.372,67	4,89%	164,80
IX	9126 - 9490	25 - 26	840,00	1.680,00	252,00	504,00	210,00	59,87	3.545,87	3.380,87	4,88%	165,00
IX	9491 - 9855	26 - 27	840,00	1.680,00	252,00	504,00	218,40	59,87	3.554,27	3.389,07	4,87%	165,20
X	9856 - 10220	27 - 28	840,00	1.806,00	252,00	504,00	226,80	59,87	3.688,67	3.520,27	4,78%	168,40
X	10221 - 10585	28 - 29	840,00	1.806,00	252,00	504,00	235,20	59,87	3.697,07	3.528,47	4,78%	168,60
X	10586 - 10950	29 - 30	840,00	1.806,00	252,00	504,00	243,60	59,87	3.705,47	3.536,67	4,77%	168,80
XI	Mais de 10950	30 - 31	840,00	1.890,00	252,00	504,00	252,00	59,87	3.797,87	3.626,87	4,71%	171,00

**TABELA DE REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
CONFORME LEI 3.318/2004 - DF (SETEMBRO/2005)  
PROFESSORES CLASSE B - COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - 40 HORAS SEMANAIS**

ETAPA	Dias Trabalhados	Anos Trabalhados	Vencimento Básico	Gratificação Incent.Carreira	Regência De Classe	Dedicação Exclusiva	Anuênio	Abono	Salário Set/2005	Salário Atual	Diferença %	Diferença Valor
I	Até 365	0 - 1	745,00	298,00	223,50	447,00	0,00	59,87	1.773,37	1.649,37	7,52%	124,00
I	366 - 730	1 - 2	745,00	298,00	223,50	447,00	7,45	59,87	1.780,82	1.656,60	7,50%	124,23
I	731 - 1095	2 - 3	745,00	298,00	223,50	447,00	14,90	59,87	1.788,27	1.663,82	7,48%	124,45
II	1096 - 1460	3 - 4	745,00	409,75	223,50	447,00	22,35	59,87	1.907,47	1.779,42	7,20%	128,05
II	1461 - 1825	4 - 5	745,00	409,75	223,50	447,00	29,80	59,87	1.914,92	1.786,65	7,18%	128,28
II	1826 - 2190	5 - 6	745,00	409,75	223,50	447,00	37,25	59,87	1.922,37	1.793,87	7,16%	128,50
III	2191 - 2555	6 - 7	745,00	596,00	223,50	447,00	44,70	59,87	2.116,07	1.981,72	6,78%	134,35
III	2556 - 2920	7 - 8	745,00	596,00	223,50	447,00	52,15	59,87	2.123,52	1.988,95	6,77%	134,58
III	2921 - 3285	8 - 9	745,00	596,00	223,50	447,00	59,60	59,87	2.130,97	1.996,17	6,75%	134,80
IV	3286 - 3650	9 - 10	745,00	707,75	223,50	447,00	67,05	59,87	2.250,17	2.111,77	6,55%	138,40
IV	3651 - 4015	10 - 11	745,00	707,75	223,50	447,00	74,50	59,87	2.257,62	2.119,00	6,54%	138,63
IV	4016 - 4380	11 - 12	745,00	707,75	223,50	447,00	81,95	59,87	2.265,07	2.126,22	6,53%	138,85
V	4381 - 4745	12 - 13	745,00	894,00	223,50	447,00	89,40	59,87	2.458,77	2.314,07	6,25%	144,70
V	4746 - 5110	13 - 14	745,00	894,00	223,50	447,00	96,85	59,87	2.466,22	2.321,30	6,24%	144,93
V	5111 - 5475	14 - 15	745,00	894,00	223,50	447,00	104,30	59,87	2.473,67	2.328,52	6,23%	145,15
VI	5476 - 5840	15 - 16	745,00	1.005,75	223,50	447,00	111,75	59,87	2.592,87	2.444,12	6,09%	148,75
VI	5841 - 6205	16 - 17	745,00	1.005,75	223,50	447,00	119,20	59,87	2.600,32	2.451,35	6,08%	148,98
VI	6206 - 6570	17 - 18	745,00	1.005,75	223,50	447,00	126,65	59,87	2.607,77	2.458,57	6,07%	149,20
VII	6571 - 6935	18 - 19	745,00	1.192,00	223,50	447,00	134,10	59,87	2.801,47	2.646,42	5,86%	155,05
VII	6936 - 7300	19 - 20	745,00	1.192,00	223,50	447,00	141,55	59,87	2.808,92	2.653,65	5,85%	155,28
VII	7301 - 7665	20 - 21	745,00	1.192,00	223,50	447,00	149,00	59,87	2.816,37	2.660,87	5,84%	155,50
VIII	7666 - 8030	21 - 22	745,00	1.303,75	223,50	447,00	156,45	59,87	2.935,57	2.776,47	5,73%	159,10
VIII	8031 - 8395	22 - 23	745,00	1.303,75	223,50	447,00	163,90	59,87	2.943,02	2.783,70	5,72%	159,33
VIII	8396 - 8760	23 - 24	745,00	1.303,75	223,50	447,00	171,35	59,87	2.950,47	2.790,92	5,72%	159,55
IX	8761 - 9125	24 - 25	745,00	1.490,00	223,50	447,00	178,80	59,87	3.144,17	2.978,77	5,55%	165,40
IX	9126 - 9490	25 - 26	745,00	1.490,00	223,50	447,00	186,25	59,87	3.151,62	2.986,00	5,55%	165,63
IX	9491 - 9855	26 - 27	745,00	1.490,00	223,50	447,00	193,70	59,87	3.159,07	2.993,22	5,54%	165,85
X	9856 - 10220	27 - 28	745,00	1.601,75	223,50	447,00	201,15	59,87	3.278,27	3.108,82	5,45%	169,45
X	10221 - 10585	28 - 29	745,00	1.601,75	223,50	447,00	208,60	59,87	3.285,72	3.116,05	5,45%	169,68
X	10586 - 10950	29 - 30	745,00	1.601,75	223,50	447,00	216,05	59,87	3.293,17	3.123,27	5,44%	169,90
XI	Mais de 10950	30 - 31	745,00	1.676,25	223,50	447,00	223,50	59,87	3.375,12	3.202,75	5,38%	172,38

**TABELA DE REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
CONFORME LEI 3.318/2004 - DF (SETEMBRO/2005)  
PROFESSORES CLASSE C - COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - 40 HORAS SEMANAIS**

ETAPA	Dias Trabalhados	Anos Trabalhados	Vencimento Básico	Gratificação Incent.Carreira	Regência De Classe	Dedicação Exclusiva	Anuênio	Abono	Salário Set/2005	Salário Atual	Diferença %	Diferença Valor
I	Até 365	0 - 1	660,00	264,00	198,00	396,00	0,00	59,87	1.577,87	1.467,87	7,49%	110,00
I	366 - 730	1 - 2	660,00	264,00	198,00	396,00	6,60	59,87	1.584,47	1.474,27	7,47%	110,20
I	731 - 1095	2 - 3	660,00	264,00	198,00	396,00	13,20	59,87	1.591,07	1.480,67	7,46%	110,40
II	1096 - 1460	3 - 4	660,00	363,00	198,00	396,00	19,80	59,87	1.696,67	1.583,07	7,18%	113,60
II	1461 - 1825	4 - 5	660,00	363,00	198,00	396,00	26,40	59,87	1.703,27	1.589,47	7,16%	113,80
II	1826 - 2190	5 - 6	660,00	363,00	198,00	396,00	33,00	59,87	1.709,87	1.595,87	7,14%	114,00
III	2191 - 2555	6 - 7	660,00	528,00	198,00	396,00	39,60	59,87	1.881,47	1.762,27	6,76%	119,20
III	2556 - 2920	7 - 8	660,00	528,00	198,00	396,00	46,20	59,87				



**TABELA DE REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
CONFORME LEI 3.318/2004 - DF (SETEMBRO/2005)  
PROFESSORES CLASSE A - LICENCIATURA PLENA - 20 HORAS**

ETAPA	Dias Trabalhados	Anos Trabalhados	Vencimento Básico	Gratificação Incent.Carreira	Regência De Classe	Parcela Complem.	Anuênio	Abono	Salário Set/2005	Salário Atual	Diferença %	Diferença Valor
I	Até 365	0 - 1	420,00	168,00	126,00	252,00	0,00	59,87	1.025,87	1.008,87	1,69%	17,00
I	366 - 730	1 - 2	420,00	168,00	126,00	252,00	4,20	59,87	1.030,07	1.012,97	1,69%	17,10
I	731 - 1095	2 - 3	420,00	168,00	126,00	252,00	8,40	59,87	1.034,27	1.017,07	1,69%	17,20
II	1096 - 1460	3 - 4	420,00	231,00	126,00	193,00	12,60	59,87	1.042,47	1.023,67	1,84%	18,80
II	1461 - 1825	4 - 5	420,00	231,00	126,00	193,00	16,80	59,87	1.046,67	1.027,77	1,84%	18,90
II	1826 - 2190	5 - 6	420,00	231,00	126,00	193,00	21,00	59,87	1.050,87	1.031,87	1,84%	19,00
III	2191 - 2555	6 - 7	420,00	336,00	126,00	100,00	25,20	59,87	1.067,07	1.045,47	2,07%	21,60
III	2556 - 2920	7 - 8	420,00	336,00	126,00	100,00	29,40	59,87	1.071,27	1.049,57	2,07%	21,70
III	2921 - 3285	8 - 9	420,00	336,00	126,00	100,00	33,60	59,87	1.075,47	1.053,67	2,07%	21,80
IV	3286 - 3650	9 - 10	420,00	399,00	126,00	45,00	37,80	59,87	1.087,67	1.064,27	2,20%	23,40
IV	3651 - 4015	10 - 11	420,00	399,00	126,00	45,00	42,00	59,87	1.091,87	1.068,37	2,20%	23,50
IV	4016 - 4380	11 - 12	420,00	399,00	126,00	45,00	46,20	59,87	1.096,07	1.072,47	2,20%	23,60
V	4381 - 4745	12 - 13	420,00	504,00	126,00	0,00	50,40	59,87	1.160,27	1.134,07	2,31%	26,20
V	4746 - 5110	13 - 14	420,00	504,00	126,00	0,00	54,60	59,87	1.164,47	1.138,17	2,31%	26,30
V	5111 - 5475	14 - 15	420,00	504,00	126,00	0,00	58,80	59,87	1.168,67	1.142,27	2,31%	26,40
VI	5476 - 5840	15 - 16	420,00	567,00	126,00	0,00	63,00	59,87	1.235,87	1.207,87	2,32%	28,00
VI	5841 - 6205	16 - 17	420,00	567,00	126,00	0,00	67,20	59,87	1.240,07	1.211,97	2,32%	28,10
VI	6206 - 6570	17 - 18	420,00	567,00	126,00	0,00	71,40	59,87	1.244,27	1.216,07	2,32%	28,20
VII	6571 - 6935	18 - 19	420,00	672,00	126,00	0,00	75,60	59,87	1.353,47	1.322,67	2,33%	30,80
VII	6936 - 7300	19 - 20	420,00	672,00	126,00	0,00	79,80	59,87	1.357,67	1.326,77	2,33%	30,90
VII	7301 - 7665	20 - 21	420,00	672,00	126,00	0,00	84,00	59,87	1.361,87	1.330,87	2,33%	31,00
VIII	7666 - 8030	21 - 22	420,00	735,00	126,00	0,00	88,20	59,87	1.429,07	1.396,47	2,33%	32,60
VIII	8031 - 8395	22 - 23	420,00	735,00	126,00	0,00	92,40	59,87	1.433,27	1.400,57	2,33%	32,70
VIII	8396 - 8760	23 - 24	420,00	735,00	126,00	0,00	96,60	59,87	1.437,47	1.404,67	2,34%	32,80
IX	8761 - 9125	24 - 25	420,00	840,00	126,00	0,00	100,80	59,87	1.546,67	1.511,27	2,34%	35,40
IX	9126 - 9490	25 - 26	420,00	840,00	126,00	0,00	105,00	59,87	1.550,87	1.515,37	2,34%	35,50
IX	9491 - 9855	26 - 27	420,00	840,00	126,00	0,00	109,20	59,87	1.555,07	1.519,47	2,34%	35,60
X	9856 - 10220	27 - 28	420,00	903,00	126,00	0,00	113,40	59,87	1.622,27	1.585,07	2,35%	37,20
X	10221 - 10585	28 - 29	420,00	903,00	126,00	0,00	117,60	59,87	1.626,47	1.589,17	2,35%	37,30
X	10586 - 10950	29 - 30	420,00	903,00	126,00	0,00	121,80	59,87	1.630,67	1.593,27	2,35%	37,40
XI	Mais de 10950	30 - 31	420,00	945,00	126,00	0,00	126,00	59,87	1.676,87	1.638,37	2,35%	38,50

**TABELA DE REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
CONFORME LEI 3.318/2004 - DF (SETEMBRO/2005)  
PROFESSORES CLASSE B - LICENCIATURA PLENA - 20 HORAS**

ETAPA	Dias Trabalhados	Anos Trabalhados	Vencimento Básico	Gratificação Incent.Carreira	Regência De Classe	Parcela Complem.	Anuênio	Abono	Salário Set/2005	Salário Atual	Diferença %	Diferença Valor
I	Até 365	0 - 1	372,50	149,00	111,75	336,00	0,00	59,87	1.029,12	1.010,00	1,89%	19,12
I	366 - 730	1 - 2	372,50	149,00	111,75	336,00	3,73	59,87	1.032,85	1.013,61	1,90%	19,24
I	731 - 1095	2 - 3	372,50	149,00	111,75	336,00	7,45	59,87	1.036,57	1.017,22	1,90%	19,35
II	1096 - 1460	3 - 4	372,50	204,88	111,75	285,00	11,18	59,87	1.045,17	1.024,02	2,07%	21,15
II	1461 - 1825	4 - 5	372,50	204,88	111,75	285,00	14,90	59,87	1.048,90	1.027,63	2,07%	21,26
II	1826 - 2190	5 - 6	372,50	204,88	111,75	285,00	18,63	59,87	1.052,62	1.031,25	2,07%	21,38
III	2191 - 2555	6 - 7	372,50	298,00	111,75	203,00	22,35	59,87	1.067,47	1.043,17	2,33%	24,30
III	2556 - 2920	7 - 8	372,50	298,00	111,75	203,00	26,08	59,87	1.071,20	1.046,78	2,33%	24,41
III	2921 - 3285	8 - 9	372,50	298,00	111,75	203,00	29,80	59,87	1.074,92	1.050,40	2,33%	24,52
IV	3286 - 3650	9 - 10	372,50	353,88	111,75	155,00	33,53	59,87	1.086,52	1.060,20	2,48%	26,33
IV	3651 - 4015	10 - 11	372,50	353,88	111,75	155,00	37,25	59,87	1.090,25	1.063,81	2,49%	26,44
IV	4016 - 4380	11 - 12	372,50	353,88	111,75	155,00	40,98	59,87	1.093,97	1.067,42	2,49%	26,55
V	4381 - 4745	12 - 13	372,50	447,00	111,75	75,00	44,70	59,87	1.110,82	1.081,35	2,73%	29,47
V	4746 - 5110	13 - 14	372,50	447,00	111,75	75,00	48,43	59,87	1.114,55	1.084,96	2,73%	29,59
V	5111 - 5475	14 - 15	372,50	447,00	111,75	75,00	52,15	59,87	1.118,27	1.088,57	2,73%	29,70
VI	5476 - 5840	15 - 16	372,50	502,88	111,75	25,00	55,88	59,87	1.127,87	1.096,37	2,87%	31,50
VI	5841 - 6205	16 - 17	372,50	502,88	111,75	25,00	59,60	59,87	1.131,60	1.099,98	2,87%	31,61
VI	6206 - 6570	17 - 18	372,50	502,88	111,75	0,00	63,33	59,87	1.110,32	1.078,50	2,94%	31,72
VII	6571 - 6935	18 - 19	372,50	596,00	111,75	0,00	67,05	59,87	1.207,17	1.172,52	2,96%	34,65
VII	6936 - 7300	19 - 20	372,50	596,00	111,75	0,00	70,78	59,87	1.210,90	1.176,13	2,96%	34,76
VII	7301 - 7665	20 - 21	372,50	596,00	111,75	0,00	74,50	59,87	1.214,62	1.179,75	2,96%	34,88
VIII	7666 - 8030	21 - 22	372,50	651,88	111,75	0,00	78,23	59,87	1.274,22	1.237,55	2,96%	36,67
VIII	8031 - 8395	22 - 23	372,50	651,88	111,75	0,00	81,95	59,87	1.277,95	1.241,16	2,96%	36,79
VIII	8396 - 8760	23 - 24	372,50	651,88	111,75	0,00	85,68	59,87	1.281,67	1.244,77	2,96%	36,90
IX	8761 - 9125	24 - 25	372,50	745,00	111,75	0,00	89,40	59,87	1.378,52	1.338,70	2,97%	39,83
IX	9126 - 9490	25 - 26	372,50	745,00	111,75	0,00	93,13	59,87	1.382,25	1.342,31	2,98%	39,94
IX	9491 - 9855	26 - 27	372,50	745,00	111,75	0,00	96,85	59,87	1.385,97	1.345,92	2,98%	40,05
X	9856 - 10220	27 - 28	372,50	800,88	111,75	0,00	100,58	59,87	1.445,57	1.403,72	2,98%	41,85
X	10221 - 10585	28 - 29	372,50	800,88	111,75	0,00	104,30	59,87	1.449,30	1.407,33	2,98%	41,96
X	10586 - 10950	29 - 30	372,50	800,88	111,75	0,00	108,03	59,87	1.453,02	1.410,95	2,98%	42,08
XI	Mais de 10950	30 - 31	372,50	838,13	111,75	0,00	111,75	59,87	1.494,00	1.450,68	2,99%	43,31

**TABELA DE REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
CONFORME LEI 3.318/2004 - DF (SETEMBRO/2005)  
PROFESSORES CLASSE C - LICENCIATURA PLENA - 20 HORAS**

ETAPA	Dias Trabalhados	Anos Trabalhados	Vencimento Básico	Gratificação Incent.Carreira	Regência De Classe	Parcela Complem.	Anuênio	Abono	Salário Set/2005	Salário Atual	Diferença %	Diferença Valor
I	Até 365	0 - 1	330,00	132,00	99,00	403,00	0,00	59,87	1.023,87	1.006,87	1,69%	17,00
I	366 - 730	1 - 2	330,00	132,00	99,00	403,00	3,30	59,87	1.027,17	1.010,07	1,69%	17,10
I	731 - 1095	2 - 3	330,00	132,00	99,00	403,00	6,60	59,87	1.030,47	1.013,27	1,70%	17,20
II	1096 - 1460	3 - 4	330,00	181,50	99,00	359,00	9,90	59,87	1.039,27	1.020,47	1,84%	18,80
II	1461 - 1825	4 - 5	330,00	181,50	99,00	359,00	13,20	59,87	1.042,57	1.023,67	1,85%	18,90
II	1826 - 2190	5 - 6	330,00	181,50	99,00	359,00	16,50	59,87	1.045,87	1.026,87	1,85%	19,00
III	2191 - 2555	6 - 7	330,00	264,00	99,00	287,00	19,80	59,87	1.059,67	1.038,07	2,08%	21,60
III	2556 - 2920	7 - 8	330,00	264,00	99,00	287,00	23,10	59,87	1.062,97	1.041,27	2,08%	21,70
III	2921 - 3285	8 - 9	330,00	264,00	99,00	287,00	26,40	59,87	1.066,27	1.044,47	2,09%	21,80
IV	3286 - 3650	9 - 10	330,00	313,50	99,00	241,00	29,70					

## Sinpro entra na campanha do desarmamento

No dia 23 de outubro a população brasileira dará o seu veredito: a comercialização das armas de fogo deve ou não ser proibida no Brasil?

O Sinpro, como não podia deixar de ser, está se engajando na campanha pelo SIM ao desarmamento. As entidades de que estão organizando a campanha definirão o "Decálogo do Desarmamento", enumerando dez razões para votar SIM. Publicamos esse material com a intenção de subsidiar os professores para fazer essa discussão nas escolas. Debata! Não deixe passar essa oportunidade para discutir com a comunidade escolar uma questão que afeta a todos. Nas próprias escolas alunos menores de idade são flagrados com armas! Não podemos ficar indiferentes!

O Brasil é o país do mundo com o maior número de pessoas mortas por armas de fogo. Em 2003 foram 108 mortes por dia, quase 40 mil no ano! Arma de fogo é a primeira causa de morte de homens jovens no Brasil! Mata mais que acidentes de trânsito, AIDS ou qualquer outra doença ou causa externa.

Mais informações podem ser obtidas no site da campanha [www.referendosim.com.br](http://www.referendosim.com.br).

### Dez razões para votar SIM no referendo do desarmamento:

#### 1- Existem armas demais neste país.

Estima-se que o número total de armas em circulação no Brasil seja de 17,5 milhões. Apenas 10% dessas armas pertencem ao Estado (forças armadas e polícias), o resto, ou seja, 90%, estão em mãos civis. Está na hora deste país se desarmar!

#### 2- Armas foram feitas para matar.

No Brasil, 63,9% dos homicídios são cometidos por arma de fogo, enquanto 19,8% são causados por arma branca. Por quê? Porque diante de uma faca, você corre, grita, chuta. A chance de morrer em uma agressão com arma de fogo é muito maior: de cada quatro feridos nos casos de agressões por arma de fogo, três morrem. As tentativas de suicídio com arma de fogo também são mais eficazes: 85% dos casos acabam em morte.

#### 3- Ter armas em casa aumenta o risco, não a proteção.

Usar armas em legítima defesa só dá certo no cinema. Segundo o FBI, "para cada sucesso no uso defensivo de arma de fogo em homicídio justificável, houve 185 mortes com arma de fogo em homicídios, suicídios ou acidentes". Os pais guardam armas para defender suas famílias, mas os próprios filhos acabam por encontrá-las, provocando-se, assim, trágicos acidentes.

No Brasil, duas crianças (entre 0 e 14 anos) são feridas por tiros acidentais todos os dias.

#### 4- A presença de uma arma pode transformar qualquer cidadão em criminoso.

Armas de fogo transformam desavenças banais em tragédias irreversíveis. O primeiro motivo para homicídios é "vingança" entre pessoas que se conhecem e que não possuem nenhum vínculo com o tráfico de drogas ou outras atividades criminosas. Em São Paulo, as vítimas de latrocínio – matar para roubar – correspondem a menos de 5% das vítimas de homicídio.

#### 5- Quando existe uma arma dentro de casa, a mulher corre muito mais risco de levar um tiro do que o ladrão.

Nas capitais brasileiras, 44% dos homicídios de mulheres são cometidos com arma de fogo. Dois terços dos casos de violência contra a mulher têm como autor o próprio marido ou companheiro.

#### 6 - Em caso de assalto à mão armada, quem reage com arma de fogo corre mais risco.

É um mito considerar que com uma arma o cidadão está mais protegido. Na maioria dos assaltos, mesmo pessoas treinadas não têm tempo de reagir e sacar sua arma. Quando o cidadão reage, ele corre mais risco de se ferir ou ser morto. Uma pesquisa realizada no estado do Rio de Janeiro mostra que a chance de morrer numa reação armada a roubo é 180 vezes maior de que morrer quando não há reação.

#### 7- Controlar as armas legais ajuda na luta contra o crime.

A - O mercado legal abastece o ilegal. Para se ter uma idéia, 80% das armas apreendidas pela polícia do Rio de Janeiro (de 1993 a 2003) são armas curtas e 76% são brasileiras; 30% delas tinham registro legal.

B - As armas compradas legalmente correm o risco de cair nas mãos erradas, através de roubo, perda ou revenda. Só no Estado de São Paulo, segundo a Secretaria de Segurança Pública, entre 1993 e 2000, foram roubadas, furtadas ou perdidas 100.146 armas (14.306 por ano). Ou seja: bandidos não compram armas em lojas, mas são as armas compradas em lojas que vão parar nas mãos dos criminosos.

#### 8- "O Estatuto do Desarmamento é uma lei que desarma o bandido."

A maioria dos artigos do Estatuto do Desarmamento (lei nº 10.826, 22/12/2003) dá meios à polícia para aprimorar o combate ao tráfico ilícito de armas e para desarmar os bandidos.

Ele estabelece a integração entre a base de dados da Polícia Federal, sobre armas apreendidas, e a do Exército, sobre produção e exportação.

Agora as armas encontradas nas mãos de bandidos podem ser rastreadas e as rotas do tráfico desmontadas. Pela nova lei, todas as novas armas serão marcadas na fábrica, o que ajudará a elucidar crimes e investigar as fontes do contrabando. Para evitar e reprimir desvios dos arsenais das forças de segurança pública, todas as munições vendidas para elas também vão ser marcadas.

#### 9 - Controlar as armas salva vidas.

As leis de controle de armas ajudam a diminuir os riscos para todos. Na Austrália, 5 anos depois de uma lei que praticamente proibiu a venda de armas de fogo, a taxa de homicídios por arma de fogo caiu 50%. Entre as mulheres, a diminuição foi de 57%. Um estudo da Unesco, publicado em 2005, mostra que Austrália, Inglaterra e Japão, onde as armas são proibidas, estão entre os países do mundo onde MENOS se mata com arma de fogo, enquanto os Estados Unidos, um dos países mais liberais com as armas, aparecem em 8º lugar, entre os países mais violentos do mundo. No Brasil, comparando-se os sete primeiros meses de 2004 com os sete primeiros meses de vigência da Campanha de Desarmamento - agosto de 2004 a fevereiro de 2005 - um estudo do Ministério da Saúde mostrou que o índice de redução de internações por lesões com arma de fogo no Rio de Janeiro foi de 10,5% e, em São Paulo, de 7%.

#### 10 - Desarmamento é o primeiro passo

A proibição do comércio de armas de fogo e munição, isoladamente, não é capaz de solucionar o problema da criminalidade. Mas é um passo fundamental em direção a uma sociedade mais segura. Temos que continuar trabalhando por pactos internacionais pelo desarmamento, por melhorias no sistema de justiça e nas polícias e é claro, pela redução da desigualdade social em nosso país.

Mas para isso é preciso dar o primeiro passo: no dia 23 de outubro vai acontecer o primeiro referendo da história do Brasil. É nossa oportunidade de mostrar em que tipo de sociedade queremos viver.

Pela primeira vez está nas nossas mãos o poder de fazer alguma coisa pelo nosso bem mais importante: a vida! Não percamos esta oportunidade deixando tudo como está. Em 23 de outubro diga sim à vida. Vote pelo desarmamento!

## Ministro da Educação abriu o VII Eneja



O ministro Fernando Haddad abriu o VII Eneja em nome do presidente Lula

O ministro da Educação Fernando Haddad, representando o presidente Lula, abriu o VII Eneja - Encontro Nacional de Jovens e Adultos, no último dia 31, em Brasília.

O tema central do VII Eneja foi "Diversidade na Educação de Jovens e Adultos-EJA: papel do Estado e dos movimentos sociais nas Políticas Públicas". O evento contou com a participação de 54 delegados dos 26 Fóruns estaduais de EJA de todo o Brasil, representantes de governos federal, estaduais e municipais, movimentos sociais, universidades, sistema "S", organizações não governamentais, educandos e educadores.

O VII Eneja expressa o processo oriundo do Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado do Rio de Janeiro quando inaugurou, em 1996, pioneiramente, uma nova versão de movimento social, cuja história tem início com a convocação da Unesco para a organização de reuniões locais e nacionais preparatórias à V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos - Confeita, que aconteceu em Hamburgo, Alemanha, em julho de 1997.

A surpreendente resposta dos convocados para a reunião no estado definiu a necessidade de uma articulação entre todos, verificada pela dis-

persão em que as ações e as instituições se encontravam, sem qualquer ordenação para uma política pública na área.

Os primeiros encontros confirmaram a desarticulação entre as esferas de poder federal, estadual e municipal, indicando, ainda, a falta de informações sobre aspectos pedagógicos, financeiros e legais e um profundo desejo, por parte dos participantes, de estruturar um espaço que possibilitasse a troca de experiências e a construção de parcerias, apesar das diferenças existentes de cunho político-pedagógico.

Gerido por instituições governamentais e não-governamentais, movimentos sociais, sindicatos e educadores que dele participam, o Fórum do RJ consolidou a plenária mensal como instância deliberativa e espaço de socialização de informações e de formação continuada, visando o fortalecimento dos profissionais para a luta em defesa do direito e da qualidade de atendimento na área da educação de jovens e adultos trabalhadores.

A experiência inspiradora do Fórum do Rio de Janeiro fez nascer muitas outras, o que impulsionou a idéia de um Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos - Eneja, anual, que vem ocorrendo desde 1999, o primeiro no

Rio de Janeiro.

O crescimento dos Fóruns nacionalmente e sua expressão nacional pelos Enejas, tornou o MEC um interlocutor privilegiado, com o qual os Fóruns vêm travando parcerias e contribuindo na formulação e efetivação de ações na área. A legitimidade dos Fóruns vem sendo reconhecida em muitos espaços, especialmente representados pela ocupação de um lugar na Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos - CNAEJA, assim como em um colegiado de representantes com o qual o Ministério tem dialogado permanentemente.

O Encontro Nacional de EJA é, também, um espaço a mais em que se exercita a convivência com as diferenças e com modos de pensar a EJA, produzindo, democraticamente, respostas a questões candentes que precisam ser tratadas em nível nacional e articuladas em todo o país, alterando o quadro das políticas, ainda fortemente marcadas, nos níveis locais, por concepções escolares presas às praticadas nas escolas regulares para crianças. O campo do conhecimento vivenciado por jovens e adultos no mundo exige renovação permanente e formulações curriculares adequadas às necessidades básicas de aprendizagem desses sujeitos.

